



Cidadania e Participação
Saúde e Educação de Qualidade

Abordagens para promover responsabilização social: revisão de algumas experiências



Fevereiro de 2014

Ano 1, Edição 1

Uma publicação do Laboratório de Inovação
do CEP - CEP - Cidadania e Participação



Abordagens para promover responsabilização social: revisão de algumas experiências

Rosie McGee e Alexandra Wanjiku Kelbert

Fevereiro de 2014

Ano 1, Edição 1

Uma publicação do Laboratório de Inovação
do CEP - CEP - Cidadania e Participação

Índice

Lista de Acrónimos.....	7
Abordagens para promover responsabilização social: revisão de algumas experiências.....	8
1. Contextualização.....	9
2. Porquê uma revisão da literatura sobre a responsabilização social para Moçambique?.....	9
Breve contextualização sobre a responsabilização social.....	9
O que sabemos sobre a eficácia das iniciativas de responsabilização social até agora?.....	10
3. O contexto moçambicano.....	13
O contributo das tecnologias de informação e comunicação.....	14
4. Abordagem e processo da revisão	
A revisão metodológica envolveu uma abordagem em duas fases.....	17
Fase 1: Revisão da prática e literatura contemporânea.....	17
Fase 2: Selecção de iniciativas que são potencialmente aplicáveis ao contexto de Moçambique e ao CEP.....	17
5. Iniciativas seleccionadas.....	22
Resumos de cada iniciativa em formato comum.....	30
1. TRAC FM - Uganda (Kampala) – 2011- em curso INICIATIVA DE PRIMEIRA CATEGORIA.....	32
Objectivos e reivindicações.....	32
Quem está envolvido?.....	33
Como é que funciona?.....	33
Resultados em termos de resposta do governo e empoderamento dos cidadãos.....	34
O que sabemos sobre a razão de ter funcionado?.....	34
2. ‘Feedback’ do programa na Joy FM – Gana – suspenso em 2010 INICIATIVA DE PRIMEIRA CATEGORIA.....	34
Objectivos e Reivindicações.....	35
Quem está envolvido?.....	35
Como é que funciona?.....	35
Resultados em termos de resposta do governo e empoderamento dos cidadãos.....	35
O que sabemos sobre a razão para ter funcionado?.....	36

3. Programa 'Wo haw ne sen' na Peace FM – Gana – em curso	
INICIATIVA DE PRIMEIRA CATEGORIA.....	37
Objectivos e Reivindicações.....	37
Quem está envolvido?.....	37
Como funciona?.....	37
Resultados em termos de resposta do governo e empoderamento dos cidadãos.....	38
O que sabemos sobre a razão para ter funcionado?.....	38
4. Projecto comunitário de monitoria (CBMP) – Malawi	
(fichas de avaliação) – 2008 - em curso INICIATIVA	
DE PRIMEIRA CATEGORIA.....	39
Objectivos e Reivindicações.....	39
Quem está envolvido?.....	40
Como funciona?.....	40
Resultados em termos de resposta do governo e empoderamento dos cidadãos.....	41
O que sabemos sobre a razão para ter funcionado?.....	41
5. EduTrac - Uganda - 2010- em curso.....	42
Objectivos e Reivindicações.....	42
Quem está envolvido?.....	42
Como funciona?.....	43
Resultados em termos de resposta do governo e empoderamento dos cidadãos.....	43
O que sabemos sobre a razão para ter funcionado?.....	43
6. mTrac – Uganda - 2010- em curso.....	44
Objectivos e Reivindicações.....	44
Quem está envolvido?.....	44
Como funciona?.....	45
Resultados em termos de resposta do governo e empoderamento dos cidadãos.....	45
O que sabemos sobre a razão para ter funcionado?.....	45
7. Auto-avaliação da governação local (SHARIQUE) -	
Bangladesh – 2007- em curso.....	46
Objectivos e Reivindicações.....	46
Quem está envolvido?.....	46
Como funciona?.....	47
Resultados em termos de resposta e empoderamento dos cidadãos.....	47
O que sabemos sobre a razão para ter funcionado?.....	48
8. Orçamentação participativa em Ilala, Tanzânia – iniciada	
em 2001, primeiro processo em 2002.....	48
Objectivos e Reivindicações.....	49
Quem está envolvido (como implementadores, financiadores,	
promotores, utilizadores, etc.).....	49

Como funciona?.....	49
Resultados em termos de resposta do governo e empoderamento dos cidadãos.....	50
O que sabemos sobre a razão para ter funcionado?.....	51

**9. Orçamentação participativa em Batcham e Ezendouan -
Camarões – 2004- em curso.....51**

Objectivos e Reivindicações.....	51
Quem está envolvido?.....	52
Como funciona?.....	52
Resultados em termos de resposta governamental e empoderamento dos cidadãos.....	53
O que sabemos sobre a razão para ter funcionado?.....	53

**10. Orçamentação participativa, programa SAHA –
Madagáscar – 2008- em curso.....54**

Objectivos e reivindicações.....	54
Quem está envolvido?.....	54
Como funciona?.....	55
Resultados em termos de resposta do governo e empoderamento dos cidadãos.....	55
O que sabemos sobre a razão para ter funcionado?.....	56

**11. Identificação de orçamentos para a educação a nível
local para advocacia a nível nacional no Malawi (CSCQBE) –
CSCQBE formado em 2000 INICIATIVA DE PRIMEIRA CATEGORIA.....56**

Objectivos e reivindicações.....	57
Quem está envolvido?.....	57
Como funciona?.....	57
Resultados em termos de resposta do governo e empoderamento dos cidadãos.....	58
O que sabemos sobre a razão para ter funcionado?.....	59

**12. Monitoria do Orçamento – Gana – 2007-2010
INICIATIVA DE PRIMEIRA CATEGORIA.....59**

Objectivos e Reivindicações.....	60
Quem está envolvido?.....	60
Como funciona?.....	60
Resultados em termos de resposta do governo e empoderamento dos cidadãos.....	61
O que sabemos sobre a razão para ter funcionado?.....	61

**13. Sistema de monitoria da educação pré-primária (BRAC) –
Bangladesh – 2006- em curso (na sua forma actual).....62**

Objectivos e Reivindicações.....	62
Como funciona?.....	62
Quem está envolvido?.....	63
Resultados em termos de resposta do governo e empoderamento dos cidadãos.....	63

14. Grupo de advocacia da sociedade civil para o orçamento (CS-BAG) – Uganda – formado em 2004.....	64
Objectivos e reivindicações.....	64
Quem está envolvido?.....	64
Como funciona?.....	65
Resultados em termos de resposta do governo e empoderamento dos cidadãos.....	65
O que sabemos sobre a razão para ter funcionado?.....	66
15. Auditorias Sociais no Fundo de Desenvolvimento do Círculo Eleitoral do Quénia – Quénia – 2005- em curso.....	66
Quem está envolvido?.....	67
Como funciona?.....	67
Resultados em termos de resposta do governo e empoderamento de cidadãos.....	68
O que sabemos sobre a razão para ter funcionado?.....	68
16. Auditoria Social Participativa (com jovens) – Quénia – 2009- em curso.....	69
Objectivos e Reivindicações.....	69
Quem está envolvido?.....	70
Como funciona?.....	70
Resultados em termos de resposta do governo e empoderamento dos cidadãos.....	70
O que sabemos sobre a razão para ter funcionado?.....	71
17. Uganda Participação comunitária e empoderamento da rede Uganda Debt – Uganda – formada em 1996 INICIATIVA DE PRIMEIRA CATEGORIA.....	71
Objectivos e reivindicações.....	71
Quem está envolvido?.....	72
Como funciona?.....	72
Resultados em termos de resposta do governo e empoderamento dos cidadãos.....	73
O que sabemos sobre a razão para ter funcionado?.....	73
18. Programa da Associação Nacional dos Contribuintes de Demanda de Criação de Cidadania (National Taxpayers Association’s Building Citizen Demand Programme) – Quénia - 2013-2017 INICIATIVA DE PRIMEIRA CATEGORIA.....	74
Objectivos e reivindicações.....	75
Como funciona?.....	75
Resultados em termos de resposta do governo e empoderamento dos cidadãos.....	76
O que sabemos sobre a razão para ter funcionado?.....	76
19. Observatório Social.....	76
Objectivos e reivindicações.....	76

Quem está envolvido?.....	76
Como funciona?.....	77
Com que resultados em termos de resposta do governo?.....	77
O que sabemos sobre a razão para ter funcionado?.....	77
20. Campanha ‘Stop Stock-Outs’ (Quénia, Madagáscar, Uganda, Malawi, Zâmbia, Zimbabwe) – 2009-2010.....	78
Objectivos e reivindicações.....	78
Quem está envolvido?.....	79
Como funciona?.....	79
Resultados em termos de resposta do governo e empoderamento dos cidadãos.....	80
O que sabemos sobre a razão para ter funcionado?.....	80
21. Projecto de Literacia Económica – Malawi Economic Justice Network (MEJN) – 2002- em curso (agora conceptualizado e incorporado num dos primeiros programas do MEJN).....	81
Objectivos e reivindicações.....	81
Quem está envolvido (como implementadores, financiadores, promotores, utilizadores, etc.).....	81
Como funciona?.....	82
Resultados em termos de resposta do governo e empoderamento dos cidadãos.....	82
O que sabemos sobre a razão para ter funcionado?.....	83
22. Conselhos de Saúde – Brasil.....	83
Objectivos e reivindicações.....	83
Quem está envolvido.....	84
Como funciona?.....	84
Resultados da resposta do governo e empoderamento de cidadãos.....	84
O que sabemos sobre a razão para ter funcionado?.....	85
23. U-report – Uganda – 2011- em curso.....	85
Objectivos e reivindicações.....	85
Quem está envolvido?.....	86
Como funciona?.....	86
Resultados em termos de resposta do governo e empoderamento dos cidadãos.....	86
O que sabemos sobre a razão para ter funcionado?.....	87
6. Conclusões.....	88
Referência(s).....	90

Lista de Acrónimos

CESC	Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil
CEP	Cidadania e Participação (Citizen Engagement Programme, no original)
CPC	Cartão de Pontuação Comunitária
CRC	Cartão de Reporte do Cidadão
DFID	Departamento para o Desenvolvimento Internacional
DPEC	Direcção Provincial de Educação e Cultura
IDS	Institute of Development Studies (em Inglês)
MoH	Ministry of Health (Ministério da Saúde)
OPM	Oxford Policy Management (em Inglês)
OCBs	Organizações Comunitárias de Base
OSC	Organização da Sociedade Civil
PMT	Programme Management Team (unidade de Maputo, em Inglês)
QL	Quadro Lógico
UK	Reino Unido (em Inglês)
TAIs	Transparency and Accountability Initiatives (Iniciativas de Transparência e Responsabilização)
NPM	New Public Management (Nova Gestão Pública)
PETS	Public Expenditure Tracking Surveys (Inquéritos de Rastreamento da Despesa Pública)
ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
TDM	Telecomunicações de Moçambique
ToC	Theory of Change (Teoria de Mudança)
LGSA	Local Governance Self-Assessment (Auto-avaliação da governação local)
ONG	Organização Não-Governamental
MdE	Memorando de Entendimento
CBMES	Community Based Monitoring and Evaluation System (Sistema de Monitoria e Avaliação Comunitária)
CBMs	Community Based Monitors (Monitores baseados na comunidade)
MPs	Members of Parliament (Membros do Parlamento)
PRSP	Poverty Reduction Strategy Paper (Documento de Redução da Pobreza)
GIZ	Agência Alemã de Desenvolvimento
CIDA	Canadian Development Agency (Agência Canadiana de Desenvolvimento)
MEJN	Malawian Economic Justice Network (Rede de Justiça Económica do Malawi)

Abordagens para promover responsabilização social: revisão de algumas experiências

Elaborado por: Rosie McGee and Alexandra Wanjiku Kelbert¹

1. Contextualização

O Programa Cidadania e Participação (CEP) (2013-2018) apoia os cidadãos na monitoria da qualidade de prestação de serviços de saúde e de educação em quatro províncias de Moçambique, assim como a advogar para a melhoria da qualidade desses serviços nos níveis distrital, provincial e nacional.

O CEP pretende contribuir para:

- uma maior disponibilidade de informação relevante de modo a que os cidadãos tenham um melhor acesso e benefício dos serviços prestados pelo sector público.
- melhorar as capacidades dos cidadãos de avaliar a prestação de serviços e de se envolverem com os provedores de serviços de modo a melhorar a qualidade dos serviços de saúde e educação aos níveis primário e secundário.
- apoiar as organizações da sociedade civil a impulsionarem essas constatações nos processos de tomada de decisões a níveis mais altos.

Este programa facilitará o diálogo entre cidadãos e comunidade por um lado, e os provedores de serviços por outro lado, para melhorar a qualidade dos serviços.

Esta análise constitui uma parte da contribuição do IDS para o Output 5 do CEP (Output 5: 'Aprendizagem e metodologias compartilhadas e aplicadas por outros actores do desenvolvimento'). Esta fornece uma visão geral de algumas das mais inovadoras experiências de responsabilização social e práticas de envolvimento dos cidadãos de vários contextos africanos, bem como internacionais, como forma de ajudar a aumentar o nível geral de interesse e consciencialização sobre práticas inovadoras de envolvimento dos cidadãos em Moçambique.

A análise será usada como material de base e de discussão para o lançamento do CEP em Fevereiro de 2014. Esta análise destina-se a ajudar, a alimentar e a orientar discussões entre as partes interessadas do CEP. Destina-se também a apoiar a Equipa de Gestão do Programa CEP e parceiros implementadores, a desenvolver e testar abordagens e práticas inovadoras nos sectores da saúde e educação.

Esta análise está estruturada do seguinte modo: A secção 2 discute a justificação para esta análise, localizando-a em contextos mais alargados de programas de ajuda em responsabilização e transparência, e da evidência que sustenta estes programas. A secção 3 apresenta aspectos relevantes do contexto moçambicano no qual o CEP trabalha. A secção 4 explica o processo de análise, desde a recolha inicial de material para a produção deste relatório, destacando as limitações e as reservas a considerar, acabando com o Quadro 1, que resume as oito iniciativas que considerámos ser as mais relevantes e aplicáveis. A secção 5 abre com um quadro (Quadro 2) que resume todas as 23 iniciativas que seleccionámos como sendo de interesse, seguido pelos resumos de cada iniciativa apresentada, num formato comum.

1. Alexandra Wanjiku Kelbert, assistente de investigação no Instituto de Estudos de Desenvolvimento (IDS), levou a cabo a revisão da bibliografia e experiências, sob a orientação de Rosie McGee, professora associada no IDS. Alex Shankland, também professor associado no IDS, deu uma orientação e fez comentários preciosos sobre as primeiras versões deste documento. Rosie McGee foi a redactora principal do relatório e Alex Wanjiku dos modelos (Secção 5).

2. Porquê uma revisão da literatura sobre a responsabilização social para Moçambique?

Breve contextualização sobre a responsabilização social

Nos últimos 10 anos as iniciativas de responsabilização e transparência espalharam-se como fogo através dos círculos de democratização, governação, ajuda e desenvolvimento. Elas surgiram do vazio que havia entre os esforços dos cidadãos para promover a participação e voz, e os esforços governamentais de promoção de eficácia do desenvolvimento e governação democrática.

Essas iniciativas surgiram como resposta à evidência cada vez maior das insuficiências dos mecanismos tradicionais de responsabilização política levados a cabo pelo estado. Essas insuficiências assumem a forma de estrangulamentos administrativos, fracos incentivos e corrupção, o que limita a eficácia da responsabilização política tradicional, em particular para a população marginalizada.

Como resposta a essa situação, foi desenvolvida uma miríade de abordagens sobre 'responsabilização social', lideradas pelos cidadãos e com a participação de parceiros múltiplos, suplementando ou ultrapassando as anteriores. Os cidadãos, comunidades e organizações sociais usam sistemas de monitoria de baixo-para-cima, cartões de reporte do cidadão, auditorias sociais, análise e pesquisa de base, audições públicas e mecanismos de reclamação. Lideradas por actores sociais e não pelos tradicionais actores políticos, esta responsabilização social é, no entanto, profundamente política, em termos de participação e impactos.

A responsabilização social e liderada pelos cidadãos entrou para uma fase central quando o Relatório Mundial de Desenvolvimento 2004 (Banco Mundial 2004) identificou falhas na prestação de serviços – na educação, saúde, saneamento, fornecimento de energia – como falhas na responsabilização. Por exemplo, verificou-se que as instalações de ensino primário, muitas vezes subfinanciadas, padeciam adicionalmente de professores pouco motivados, frequentemente ausentes, ou ineficazes no seu trabalho. O aumento da despesa pública no ensino primário teria um impacto muito limitado no sistema escolar atolado em corrupção e clientelismo político, onde os salários dos professores continuam a ser muito baixos, pagos tardiamente, ou não pagos. O Relatório de Desenvolvimento Mundial (World Bank, 2004) defendeu a «rota curta» de interacção directa entre os usuários e provedores de serviços para resolver estes problemas, em vez da «rota longa» em que os cidadãos elegem representantes e os representantes e funcionários públicos buscam a responsabilização dos prestadores de serviços em nome dos usuários.

Em termos gerais, as Iniciativas de Transparência e Responsabilização (TAIs) procuram um ou mais dos três impactos:

- maior eficácia do desenvolvimento - o caso dos 'resultados do desenvolvimento';
- melhorias na qualidade da governação – o caso dos 'resultados democráticos';
- empoderamento dos cidadãos pobres e marginalizados – o caso do 'empoderamento'.

Os que defendem as TAIs para os 'resultados do desenvolvimento' enfatizam que, através da responsabilização, os problemas resultantes de uma prestação de serviços corrupta e ineficaz serão resolvidos, a ajuda será canalizada mais eficientemente e as iniciativas de desenvolvimento produzirão resultados maiores, mais visíveis e sustentáveis. Os académicos e proponentes da democracia sustentam que a democracia tem agora que prestar serviços de acordo com as suas promessas – incluindo melhores padrões de vida – e que as novas formas de responsabilização democrática podem ajudar neste sentido.

Joshi (2011) associa as origens da responsabilização social a duas 'correntes ideológicas'. Uma dessas correntes é a Nova Gestão Pública (NPM). Esta tem a sua origem na teoria económica da escolha racional e o individualismo metódico, e originou uma forma de responsabilização que considerava os 'utentes dos serviços como consumidores individuais que poderiam optar pelo uso desses mecanismos, ou alternativamente, abandoná-los a favor de outros provedores' (Joshi 2012, 2013). Esta abordagem inspirada no NPM está principalmente ligada à procura de 'resultados de desenvolvimento'. Não procura directamente a democratização ou o empoderamento dos cidadãos, embora procure empoderar as pessoas como *consumidoras* dando-lhes melhor informação.

A outra corrente é a escola do 'aprofundamento da democracia' que advoga a participação directa dos cidadãos na governação e, de forma mais geral, inclui a promoção de movimentos sociais e as suas reclamações em relação aos serviços como direitos (Avritzer 2002; Fox 2007; Fung and Wright 2003; Gaventa 2006). Contrastando com a abordagem inspirada no NPM, as abordagens com base nos direitos e na democracia sublinham a coerência entre o objectivo de se promover os direitos humanos e os valores democráticos, e métodos e abordagens usados para o fazer (ver, por exemplo, Ackerman 2004). Esta corrente do 'aprofundamento da democracia' dá origem às TAIs, que perseguem os resultados da 'democratização' e do 'empoderamento do cidadão' em vez de, ou mais do que, os 'resultados de desenvolvimento'.

O que sabemos sobre a eficácia das iniciativas de responsabilização social até agora?

Um punhado de estudos analisou o estado geral da prática e o estado de evidência sobre a eficiência e impacto do trabalho sobre a responsabilização social². O Documento Conceptual do CEP (sem autor, 2012) resumiu as lições-chave aprendidas até agora:

Lições aprendidas de Moçambique e das experiências internacionais com monitoria de cidadãos

- Baixos níveis de conhecimento sobre os direitos, padrões e normas de serviço travaram a eficácia dos esforços de envolvimento de cidadãos.
- A transparência e o acesso a informação são um pré-requisito para a acção e a responsabilização, mas é muitas vezes insuficiente. A facilitação, mobilização e as estratégias de influência politicamente astutas são necessárias para mitigar as barreiras para a acção colectiva. A activação da voz política é mais provável quando os cidadãos organizam em torno de questões que afectam imediatamente as suas vidas.
- O trabalho tanto com a voz ('procura') como com a responsabilização ('oferta') tem que estar consistente e sistematicamente ligado, em vez de se assumir que um leva ao outro. As falhas na capacitação e na responsabilização a montante limitam o que se pode alcançar a nível do provedor da linha da frente.
- Há um elevado risco percebido, a nível pessoal e organizacional, para as iniciativas externas de monitoria, em particular aos níveis locais. As abordagens precisam de promover a confiança entre os cidadãos e os provedores e 'abrir portas'. O impulsionamento requer ligações com diferentes tipos de organizações, incluindo as que têm acesso e influência política.
- A ausência de familiarização com as abordagens de monitoria pelos cidadãos por parte do governo e OCBs requerem o desenvolvimento de capacidade para ambos actores.
- As estruturas hierárquicas de tomada de decisão significam que o apoio ministerial de alto nível e algum grau de adesão inicial a níveis mais baixos serão necessários.
- Os planos dos doadores tomam inadequadamente em conta as mudanças de longo

2. Ver por exemplo McGee & Gaventa, Joshi et al 2012

prazo nas relações de poder e são necessárias maneiras de trabalhar para se conseguir mudanças significativas. Os DPs têm que ser mais realistas relativamente ao que se pode alcançar num prazo mais curto, e alargar os horizontes de financiamento o máximo possível.

- As intervenções têm que ter uma lógica de intervenção mais clara, bem como expectativas realistas. Há muitas vezes uma confiança exagerada em relação a suposições não testadas ou não articuladas sobre como as mudanças acontecem. Avaliações mais robustas métodos adaptados para se avaliar os processos complexos são necessárias para de apreciar tanto a eficiência como o impacto das intervenções monitoradas pelos cidadãos.

De: *Documento Conceptual do Programa: Mozambique Citizen Engagement Programme, Janeiro de 2012: 7*

Num relatório de avaliação de 100 estudos de caso que mapearam os resultados do envolvimento dos cidadãos, Gaventa e Barret (2010) constataram mais de 30 casos, alguns dos quais incluídos na presente análise, nos quais impactos significativos foram observados na prestação de serviços, incluindo nos sectores da educação e da saúde. É provavelmente em relação à prestação de serviços que conhecemos melhor os efeitos que as iniciativas de responsabilização social podem ter e onde temos mais evidências sobre a sua eficácia.

No entanto, mesmo neste caso, nada pode ser dado como absolutamente certo. Como já antes foi destacado:

“[...] um grupo cada vez maior de evidências (Wild and Harris 2011: 21) demonstra que o sucesso no alcance da voz e responsabilização *não leva necessariamente*, a uma melhor prestação de serviço (Rocha Menocal e Sharma 2009; CFS 2010). Em algumas circunstâncias, uma maior responsabilização pode estar relacionada a uma melhoria na prestação de serviços, mas em outros casos a melhoria dos resultados da prestação de serviços foi conseguida, por exemplo, onde há uma liderança forte e sanções do topo- para-a-base, combinadas com uma visão de desenvolvimento (Booth 2011). Isto significa que a relação entre estas dinâmicas pode ser muito mais complexa do que aquilo que se imagina, e que mais atenção deve ser necessária para alguns destes factores subjacentes que podem ditar se a responsabilização é ou não um vector da prestação de serviços” Wild e Harris 2011: 21).

Assim, há algumas evidências de que as iniciativas de responsabilização social podem funcionar para melhorar a prestação de serviços, assim como outros aspectos de um estado democrático e funcional. Há necessidade de mais evidências, bem como de uma melhor compreensão sobre *como* essas iniciativas realmente funcionam – os mecanismos que transformam a procura em termos de responsabilização por parte dos cidadãos para um comportamento reactivo por parte dos actores governamentais e uma cultura mais forte de responsabilização nas instituições públicas.

A compreensão de *como* as iniciativas de responsabilização social funcionam está ainda numa fase relativamente inicial. Como ilustração disto, Joshi (2012) escreve:

“[Iniciativas de transparência e responsabilização] têm diferentes teorias de mudança subjacentes ao impacto. Por exemplo, os cartões de reporte do cidadão e cartões de pontuação comunitária baseiam-se na suposição de que os provedores se preocupam com as classificações que são atribuídas aos seus serviços, tanto por causa da sua reputação, como pela potencial perda de

utilizadores. A monitoria pela comunidade implica mais do que o papel de vigiar, que pode incitar os membros da comunidade para uma relação adversária em relação aos provedores. PETS [Public Expenditure Tracking Surveys] destinam-se em grande medida a expor bloqueios nos fluxos de fundos e corrupção, melhorando o comportamento do provedor através do medo de ser exposto” (Joshi 2012).

Uma outra ilustração é o número crescente de casos nos quais ‘campeões’ no governo parecem ter sido o ingrediente vital para a resposta governamental proveniente dos esforços de responsabilização social. Numa síntese sobre as constatações de mais de 150 estudos de caso sobre o envolvimento dos cidadãos, verificou-se que a força de campeões internos era um dos seis principais factores que afectam o sucesso das estratégias de envolvimento social. (As outras eram as capacidades prévias dos cidadãos, o contexto institucional e político, a localização do poder e da tomada de decisões, a história e o estilo do envolvimento e, finalmente, a natureza da questão).

Essa constatação gira em torno do reconhecimento de que não se pode esperar que todo o governo apoie a causa dos cidadãos e que ‘a presença de funcionários influentes que estão empenhados em manter aberta a porta para os cidadãos, alargue significativamente, o que pode ser conseguido através do envolvimento do cidadão’ (*Development Research Centre on Citizenship, Participation and Accountability* 2011: 41; sobre os campeões, ver também Dunn et al 2077).

A importância do contexto é outra área em torno da qual está a surgir consenso (Holland et al 2009; McGee & Gaventa 2010; Fung et al 2010). Os trabalhos sobre as iniciativas de responsabilização social são agora entendidos como sendo altamente contextuais. Não é garantido que aquilo que funciona num determinado contexto funcionará num contexto diferente, em que os actores e os seus imperativos, incentivos, motivações, posições (etc.) sejam diferentes. Os tipos de mecanismos, ou impulsos para a mudança, a que Joshi se refere na citação acima (relacionados com a reputação, a satisfação do cliente, a contestação adversa, a vergonha diante da exposição por comportamento impróprio) reflectem normas sociais, políticas, comerciais e burocráticas, e essas normas diferem, por si só e na sua ‘força’, em diferentes contextos. Uma outra fonte observou que o rastreio das despesas públicas ou do orçamento, comuns em alguns países africanos, não é viável quando os actores governamentais centrais e locais não estiverem abertos a tal, e se recusarem a fornecer a informação necessária sobre as aplicações e recibos do orçamento (Mwanza & Ghambi 2011: 188); para além disso, os PETS não têm a atracção popular dos cartões de pontuação, especialmente em áreas com baixos níveis de literacia’ (ibid: 190). Esta questão do contexto foi vital para informar a nossa análise com uma compreensão dos contextos moçambicanos onde o CEP está a funcionar.

3. O contexto moçambicano

A totalidade de objectivos de iniciativas de responsabilização social – de desenvolvimento, democratização e de empoderamento dos cidadãos – é potencialmente relevante para o contexto da governação e prestação de serviços em Moçambique, país onde o CEP está a ser implementado. Uma breve descrição deste contexto, extraída da documentação³ do programa CEP, vai ilustrar como.

Moçambique registou progressos em relação aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) de educação e saúde, alargando o acesso destes serviços a todos os níveis. No entanto, a qualidade dos serviços prestados é muito baixa e marcada por disparidades geográficas, económicas e de género. A gestão dos recursos públicos e a prestação de serviços de saúde e educação são obstruídas por uma série de impedimentos governamentais críticos, que põem em risco o desenvolvimento sustentável do país a longo prazo.

As oportunidades para uma participação mais alargada dos cidadãos nos processos políticos e na prestação de serviços foram abertas pela política de descentralização nacional e estratégias sectoriais, mas estas não foram combinadas com mecanismos eficazes de responsabilização. O documento técnico do CEP descreve a situação deste modo:

“O governo está bem consciente das falhas na prestação de serviços do sector público. Uma forma de saída que se esperava da situação foi a implementação da política de descentralização (em vigor em 2003) e os regulamentos a ela relacionados que orientaram a transferência do poder de tomada de decisão numa série de áreas [...] desde o governo central até aos órgãos de governação locais. A referida política estabeleceu também diferentes canais para a participação comunitária na tomada de decisões a nível local, incluindo os conselhos consultivos e os comités de comunidade. Na prática, no entanto, o processo de descentralização não respondeu a todas as expectativas” (COWI et al 2012: Sec. 2.2, página 4).

A transferência de recursos e de poderes reais para níveis governamentais mais baixos foi lenta e o quadro regulador mostrou-se vago e inadequado. Tanto no sector da saúde como no da educação,

“[...] os mecanismos de reestruturação e os processos de reclamação são ineficazes com fraco *feedback*, nenhuma protecção eficaz contra possíveis represálias, e aplicação limitada e inconsistente [...] a ‘Corrupção tranquila’ é particularmente prejudicial para os pobres, que são mais vulneráveis e que dependem mais dos serviços do Estado e dos sistemas públicos para satisfazer as suas necessidades mais básicas. Afecta também grandes segmentos da população”(DFID Mozambique 2012: 5).

Em muitos países confrontados com desafios semelhantes, o activismo da sociedade civil e o envolvimento dos cidadãos são vistos como fornecendo os necessários ‘pesos e contrapesos’. A sociedade civil moçambicana é relativamente recente e fragmentada. A distribuição das organizações da sociedade civil por todo o país permanece desigual, e quanto mais longe de Maputo, mais essas organizações apresentam fraquezas na capacidade de implementação e governação interna. Apesar de algumas excepções, a coordenação é ainda um desafio crucial para a sociedade civil moçambicana.

3. Os seguintes parágrafos baseiam-se muito no Documento Conceptual do CEP – Final (Janeiro 2012 e no ‘Concurso Técnico e Geral’ do CEP (Junho de 2012).

Num contexto onde o governo não é tradicionalmente muito aberto ao envolvimento activo da sociedade civil, estas características colocam-na em considerável desvantagem.

De acordo com o DFID, em Moçambique:

“Há um défice acentuado de informação e uma baixa consciencialização dos cidadãos sobre os direitos e padrões de serviços. Isto, por seu turno, baixa as expectativas e gera complacência. A informação relacionada com o desempenho, incluindo recursos recebidos e utilizados, não está disponível na maioria das unidades sanitárias ou escolas. [...] Os dados desagregados relativos ao orçamento e às despesas a nível distrital continuam a ser largamente inacessíveis ao público [...], a monitoria dos serviços públicos pelos cidadãos é relativamente nova em Moçambique. Os fóruns de participação existentes permitem a consulta e comunicação sobre as actividades do governo, mas não servem como mecanismos de responsabilização. Não existe uma monitoria eficaz devido ao papel subdesenvolvido dos mecanismos de monitoria e implementação existentes, à falta de um quadro de monitoria, e à insuficiência de informação para basear a monitoria. Em muitos contextos, percebe-se que existe falta de tolerância em relação a opiniões divergentes, e a preocupação de que o desacordo possa ser interpretado como ‘oposição política’ convidando a uma potencial retribuição. Na falta de uma monitoria capaz, estes fóruns estão sujeitos a captura (elites que controlam a informação ou evitam a intervenção de outros).

A monitoria orientada pelas OCS está a tornar-se mais comum, mas globalmente os esforços continuam a ser fracos. As OCSs enfrentam constrangimentos em termos de capacidade e falta de habilidades e apoio para combinar metodologias rigorosas com o empoderamento dos cidadãos [...]. A sensibilidade do estado ao criticismo tem feito com que algumas organizações precisem optar por um equilíbrio cuidadoso entre trabalhar de forma colaborativa com as instituições do Estado sem se tornarem cooptadas por elas.

O contexto dos meios de comunicação, apesar de ter alguns problemas, é comparativamente favorável em relação a outros países da África subsaariana. [...] Há uma pequena, mas cada vez maior, rede de rádios comunitárias pelo país afora [...]. Isto oferece oportunidades para se disseminar informação, bem como para os *media* usarem estes resultados para fazer pressão política” (DFID Mozambique 2012: 5-6)”.

O contributo das tecnologias de informação e comunicação

Uma das frentes mais avançadas e rápidas no trabalho de responsabilização social é o uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC) para fins de responsabilização. A nossa exploração do contexto moçambicano incluiu também a análise da penetração da Internet e da telefonia móvel.

A penetração da Internet em Moçambique é muito baixa, em comparação com a média do continente africano (Yonazi et al 2012). Uma pesquisa sobre TIC (Mabila et al 2010) revela que o número real de utilizadores de Internet é desconhecido, porque não existe qualquer mecanismo para manter e actualizar as estatísticas. O estudo cita o último censo levado a cabo em 2007 de acordo com o qual o número de utilizadores estava estimado em 162,000, o que corresponde a 0,9% da população na altura. Destaca ainda os elevados preços de banda larga para os proprietários de computadores e a falta de computadores para a população

como sendo os principais obstáculos ao desenvolvimento de uma comunidade mais ampla de utilizadores da Internet (Mabila et al 2010). Da mesma forma, apesar de actualmente a maioria dos dispositivos móveis terem acesso à Internet, a maioria das pessoas não usa essas propriedades devido ao elevado custo de serviço da Internet, por problemas de iliteracia e falta de conhecimento (Mabila e al 2010).

Um estudo global conduzido pelo UNICEF aponta para a tendência de uma penetração cada vez maior da telefonia móvel na África subsaariana no seu todo. O estudo relata que no final de 2008 a África tinha 248 milhões de assinantes do telefone móvel, resultando isso numa taxa de penetração de 32%, 1,5% mais do que em 2000. De facto, apesar de a taxa de penetração estar um pouco abaixo da média global (Boakye et al 2010), o crescimento de África em termos de penetração foi muito mais rápido do que a média global. De acordo com estimativas globais, o número total de utilizadores do telefone celular em Moçambique é agora de cerca de seis milhões, para uma população de mais de 21 milhões. Segundo o SPR de Moçambique 2006, a tele-densidade da rede fixa era de 0,46% em 2006 e declinou em 2009 (0,40%), enquanto a penetração da telefonia móvel cresceu de 12,6% para 28,5% no mesmo período (citado em Mabila et al 2010).

Uma análise de desempenho levada a cabo pelo sector de TIC de telecomunicações de Moçambique oferece-nos informações de contexto muito úteis (Mabila et al 2010): O sector das telecomunicações em Moçambique está a cargo do Ministério dos Transportes e Comunicações. O mercado está liberalizado e segmentado em fixo e móvel, havendo três actores, um fixo (TDM) e dois móveis (Mcel e Vodacom). Um terceiro operador (Movitel) foi lançado em Maio de 2012. A Mcel foi criada em 1997, enquanto a Vodacom obteve uma licença em 2002 e começou a operar no ano seguinte. Apesar de existirem três operadores móveis, de modo geral, não existem situações de duopólio causadas por desconfiança mútua, o que resulta numa alta concorrência. Assim, cada uma das operadoras gasta avultadas quantias, não apenas em novos instrumentos, mas também em campanhas de *marketing* e publicidade. Em 2010, a Mcel e a Vodacom tinham cerca de 99,7% e 33% das acções do mercado respectivamente (ibid). Cobrindo todos os distritos no país, a Movitel tem a maior rede de fibra óptica e o número mais elevado de antenas no país, com mais de 19500 Km de fibra e mais de 2200 antenas. Uma observação conduzida por Gollwal, Melk e Stork (2010) revela que em Moçambique mais mulheres do que homens têm um telemóvel. (Uma vez que se trata de um contra-senso e de uma constatação pouco comum em África – ver, por exemplo, Hilbert 2011 – esta informação deve ser aprofundada e verificada antes de servir de base a decisões de qualquer programa).

A taxa de crescimento anual composto do país em assinaturas de serviços móveis, embora não sendo particularmente elevada para a África subsaariana, alcançava os 41% em 2010, último ano em relação ao qual existem dados disponíveis. Isso sugere que a conectividade móvel irá aumentar rapidamente, e que as assinaturas de banda larga móvel deverão aumentar a um ritmo muito mais acelerado do que as assinaturas de Internet (Yonazi et al 2010:160).

A transmissão radiofónica é o veículo de informação e comunicação mais importante para a população moçambicana, particularmente nas zonas rurais, devido à sua acessibilidade inerente e custo de aquisição (Mabila et al 2010). A cobertura geográfica da rádio nacional (Rádio Moçambique) é de longe mais alta do que a cobertura de todas as TV locais juntas. Para além disso, o custo dos aparelhos de rádio baixou dramaticamente nos últimos anos, resultante do desenvolvimento da indústria electrónica. Um outro factor significativo para o uso alargado da rádio em Moçambique, é a língua de transmissão. A Rádio Moçambique tem uma estação em cada uma das dez províncias que transmite na principal língua local, para além do canal em língua nacional, o Português, que cobre quase todo o país. Diferentemente da rádio, nenhum dos canais de televisão usa as línguas locais nas suas transmissões e programação.

Considerando que a taxa de analfabetismo é ainda muito elevada em Moçambique, o uso exclusivo do Português nos meios de comunicação contribui para a limitação do acesso às comunidades rurais, dado que muitas não falam esta língua.

Resumindo, no contexto que descrevemos acima a partir de vários ângulos, um dos resultados que o programa CEP pretende atingir consiste numa influência cada vez maior dos cidadãos sobre a qualidade da prestação de serviços de saúde e educação em quatro províncias alvo, e o impacto para o qual pretende contribuir consiste na melhor prestação de serviços de saúde e educação nos locais monitorados. As iniciativas de responsabilização social são vitais para alcançar e contribuir para esse impacto e deverão ser promovidas e apoiadas.

O que a descrição do contexto sugere é que as iniciativas lideradas pelos cidadãos e de responsabilização social oferecem um caminho promissor para se alcançar o aumento da responsabilização e reforçar a influência dos cidadãos sobre a prestação de serviços em Moçambique; contudo, sugere igualmente que o contexto moçambicano constitui um desafio em pelo menos três aspectos:

- Em primeiro lugar, há problemas sistémicos de alcance profundo de responsabilização subjacentes às falhas na prestação de serviços;
- Em segundo lugar, apesar do aumento da ajuda canalizada para as OSC nos últimos anos⁴, o país carece ainda de uma rede da sociedade civil forte, bem articulada e capaz de alcançar os resultados de responsabilização ou de apoiar os esforços dos cidadãos neste propósito, particularmente aos níveis locais de governação que têm o poder de decisão em muitas áreas de gestão e provisão de serviços no sector de saúde e educação, bem como o envolvimento com as comunidades locais;
- Em terceiro lugar, o alcance das TIC e dos telefones celulares, embora em crescimento, ainda não é muito alargado, nem o seu uso habitual entre a população, à semelhança do que sucede em muitos outros países africanos.

Se se pretende que o trabalho de responsabilização social apoiado pelo CEP cresça, essas iniciativas devem ser concebidas cuidadosamente para reflectirem tanto a aprendizagem do trabalho de responsabilização social realizado até agora, quanto as particularidades do contexto de governação, político e sociocultural de Moçambique. O processo de revisão bibliográfica juntou, deste modo, as boas práticas internacionais, criticamente reconhecidas pela sua potencial relevância e exequibilidade em Moçambique, e a adaptação adequada dessas boas práticas.

4. Diminuída apenas devido à recente recessão global financeira.

4. Abordagem e processo da revisão

A revisão metodológica envolveu uma abordagem em duas fases.

Fase 1: Revisão da prática e literatura contemporânea

A primeira fase focalizou-se na identificação e análise das iniciativas mencionadas ou estudadas nas bases de dados pré-identificadas e centros de recurso online (ex. GSDRC, GPSA, IBP), redes (ex. ANSA) e as revisões de literatura já existentes (Ex. McGee e Gaventa 2010). Dado que o CEP está particularmente focalizado na prestação de serviços nos sectores da educação e saúde, a análise concentrou-se de modo particular em iniciativas pertinentes a ou aplicáveis a esse propósito. A maior parte da documentação estava disponível em Inglês; algum material existente apenas em Francês e Português foi também revisto.

Esta primeira revisão abrangente da literatura existente e estudos de caso foi útil para identificar as boas práticas documentadas. A primeira fase envolveu também um processo de triangulação dos dados. Do mesmo modo que estávamos preocupados com a disponibilidade de informação, devíamos considerar igualmente a fiabilidade da informação disponível. De facto, um dos aspectos pertinentes à disponibilização de informação consistiu na fiabilidade. Vários relatórios documentando iniciativas específicas foram elaborados por profissionais e implementadores com o objectivo de prestar contas ou relatar actividades a doadores ou agências de implementação. Por esse motivo, apresentam uma tendência para serem pouco autocríticos, e em alguns casos, são superficiais na análise, limitando-se ao relato de recursos usados e produtos derivados. Assim, oferecem um conhecimento limitado sobre a eficácia ou o impacto da abordagem em causa. De modo a superar essas limitações, a triangulação da informação foi realizada dentro dos limites com recurso a pesquisas online.

A informação foi extraída e codificada usando um modelo concebido para este fim, recolhendo:

- O nome da iniciativa, do país / região / localização da implementação e calendário
- Referências
- Objectivos da iniciativa e reclamações e críticas que lhe são feitas
- Quem esteve envolvido (como implementadores, financiadores, promotores, utilizadores, etc.)
- Como é que funcionou?
- Resultados em termos de resposta governamental e empoderamento dos cidadãos
- O que sabemos sobre as razões porque funcionou?

Foram produzidos modelos para um total de 23 iniciativas. Estes estão apresentados na Secção 5, precedida por um quadro que resume as suas características-chave.

Fase 2: Selecção de iniciativas que são potencialmente aplicáveis ao contexto de Moçambique e ao CEP

A segunda fase da análise usou os critérios de aplicabilidade para estreitar a lista das melhores práticas até um conjunto de iniciativas de 'primeira classificação'. Esta fase baseou-se no reconhecimento da necessidade de compreender as iniciativas de responsabilização social através de lentes altamente contextualizadas, uma vez que importar iniciativas que já foram

identificadas como 'melhores práticas' em diferentes contextos teria um mérito questionável. Foi dada uma grande atenção à compreensão do contexto de várias iniciativas. Aquelas que se desdobravam em contextos nos quais os problemas de responsabilização são semelhantes aos de Moçambique, e que priorizaram a capacidade de responsabilização social nas suas primeiras fases de desenvolvimento - tal como é o caso na maior parte de Moçambique.

Resumindo, aplicámos dois 'filtros' ou conjuntos de critérios: relevância e aplicabilidade. Por relevância referimo-nos ao grau de importância da iniciativa ou projecto para os problemas de responsabilização que o CEP pretende abordar em Moçambique. Por aplicabilidade referimo-nos à exequibilidade de transpor ou adaptar uma determinada iniciativa às realidades logísticas, geográficas, tecnológicas, políticas, e socioculturais do contexto de implementação moçambicano no qual a equipa do CEP e as suas partes envolvidas estão a trabalhar.

Filtro de relevância: O problema que esta iniciativa pretende abordar é um problema relevante para as províncias de Moçambique?

Filtro de aplicabilidade: Dadas as condições prevalentes para o trabalho de responsabilização nas províncias de Moçambique (em termos de estado de saúde e provimento de educação, alcance e natureza dos obstáculos para a responsabilização nível de resposta, natureza da sociedade civil, estado de cidadania, capacidades da população, infra-estrutura e capacidades TIC), poderá esta iniciativa ser implementada com sucesso?

Os critérios adicionais para a inclusão foram:

- Se a iniciativa em questão estava suficiente bem documentada ou bem conhecida para permitir a possibilidade de seguimento por parte do CEP a partir desta informação inicial, obtendo mais exposição ou informação sobre ela; e
- Se as fontes de informação disponíveis eram suficientemente imparciais e ofereciam uma visão fiável da iniciativa, contrariamente a uma visão abertamente parcial e enviesada.

Os casos que não se encaixavam em nenhuma destas condições foram automaticamente excluídos da 'primeira categoria'; foram incluídos alguns casos nos quais uma condição obviamente se encaixava e a outra era questionável, desde que as outras características da iniciativa justificassem a sua inclusão.

Algumas iniciativas com relativamente baixa aplicabilidade, mas que pareciam ser particularmente interessantes e potencialmente aplicáveis numa fase posterior, foram incluídas como 'segunda categoria'.

Através deste estreitamento, seleccionámos oito iniciativas que:

- Fossem eficazes e tivessem (ou estivessem bem posicionadas para ter) impacto no(s) contexto(s) onde já tivessem sido aplicadas, com base nas evidências existentes relativamente à iniciativa ou abordagem específica, ou no nosso próprio julgamento informado pelo nosso conhecimento do terreno;
- Fossem particularmente relevantes e aplicáveis no contexto em que o CEP operar.

Foram levantadas diversas questões ao longo das diferentes fases, durante o processo de revisão e selecção, que merecem consideração do programa CEP. As questões metodológicas que surgiram durante a nossa recolha e revisão da literatura, bem como as advertências que daí retirámos, são as seguintes:

Duplicação do trabalho no terreno: Foi por vezes difícil escolher entre uma série de iniciativas similares que abordavam problemas semelhantes em circunstâncias parecidas, ou exactamente no mesmo lugar e sector. Por exemplo, as iniciativas cu@school e EduTrac, no Uganda, partilham objectivos muito semelhantes, tal como a mTrac e a campanha 'Stop Stock-Outs', também no Uganda. Assim, tornou-se difícil discernir qual seleccionar, mas também se destacaram duas tendências problemáticas gerais: a tendência dessas iniciativas para proliferarem para além da regulamentação e do bom senso; e o facto das evidências de impacto serem escassas e de as teorias de mudança serem fracas, o que confunde a identificação de iniciativas com impacto significativo entre iniciativas fracas.

Quantidade e qualidade de literatura e evidências disponíveis: A revisão acima mencionada do conhecimento disponível sobre o impacto e a eficácia do trabalho de transparência e responsabilização (McGee & Gaventa) concluiu que a base de evidências para as iniciativas de responsabilização social é fraca e irregular. Desse modo, esperávamos, e tivemos confirmação da nossa expectativa, que a informação de base seria muito limitada, e por vezes especulativa e até anedótica.

Fontes altamente posicionadas: Na sequência do ponto prévio sobre a qualidade da literatura disponível, é importante notar que vários dos relatórios documentando iniciativas específicas provinham de fontes altamente posicionadas e/ou foram escritos especificamente para satisfazer as expectativas do doador, tendo um alcance muito limitado. Por conseguinte, desenvolvemos um sistema de detecção dos melhores recursos, e em situações em que apenas foram identificadas fontes altamente posicionadas e em que as iniciativas tinham grande interesse, os modelos foram redigidos de modo a tornar explícita qualquer potencial parcialidade institucional.

Alcance limitado para identificar impacto, distinguido da eficácia: Estamos interessados nas iniciativas de responsabilização que vão ter um impacto, em termos quer da resposta do governo, quer/ou no empoderamento dos cidadãos. No entanto, na bibliografia (especialmente a documentação relacionada com o programa) é comum encontrar-se um enfoque em medidas de *output* (ex., número de relatórios de monitoria publicados ou de grupos criados) em vez de resultados ou impacto. Estas métricas de *output* são medidas de eficácia e não de impacto⁵. Há uma falta notória de evidências na literatura sobre retorno de informação (i.e. sobre quem, se houver alguém, responde às demandas de responsabilização).

5. Na sequência da distinção entre eficácia e impacto feita em McGee & Gaventa (2010), "Por eficácia queremos dizer o grau em que o alcance em relação ao qual as iniciativas são eficazes no alcance dos objectivos estabelecidos (ex., se as iniciativas de liberdade ou informação são bem implementadas e põem rapidamente a informação disponível). Por impacto, queremos dizer o grau em relação ao qual a iniciativa alcança os seus objectivos mais alargados ou 'objectivos de segunda ordem' (ex., a instituição de um mecanismo de reclamações sobre o serviço público leva a uma prestação de serviços mais eficaz, ou uma iniciativa de monitoria dos cidadãos a uma maior resposta do Estado/doador? Elas contribuem para objectivos desenvolvimento maiores?)" (McGee & Gaventa 2010: 11).

Possível falta de identificação do ‘empoderamento’ como um resultado:

Relacionado com ponto anterior sobre o alcance limitado para identificação do impacto distintamente da eficácia, constatámos que o ‘empoderamento dos cidadãos’ como resultado ou impacto das iniciativas de responsabilização social pode também não estar ser reportado. Em linha com as constatações em McGee & Gaventia (2010), atribuímos isso ao facto de muitas iniciativas de responsabilização social apresentam teorias da mudança (ToCs) fracas ou incompletas. O que queremos dizer com isto é que há lacunas ou ligações questionáveis entre os objectivos estabelecidos para iniciativas (por exemplo, melhor alcance educacional, que é um resultado de ‘desenvolvimento’, de acordo com a classificação acima), as actividades realizadas, os resultados esperados e os reais resultados ou impactos. Muitas iniciativas que estabelecem objectivos de desenvolvimento pretendem alcançar esses objectivos através de actividades que poderiam muito bem empoderar os participantes, mas não distinguem o empoderamento como um objectivo, de modo que não o incluem como um resultado ou impacto. Não há dúvida que, em parte, isso reflecte uma dúvida sobre a forma de avaliar se o empoderamento aconteceu ou não. Identificámos poucas fontes de avaliação que consideravam o empoderamento um resultado.

Disponibilidade de informação actualizada: nem sempre estava disponível informação actualizada ou avaliações recentes de iniciativas específicas. No caso de iniciativas relativamente recentes (ex., mTrac e DevTrac) ou de iniciativas em fase piloto, os estudos de impacto ou não estão ainda disponíveis, ou estão a ser realizados, ou só iniciaram recentemente, o que faz com seja demasiado cedo para detectar ou explicar os impactos resultantes.

Problema de atribuição: Na área de governação e responsabilização é muitas vezes impossível identificar os impactos de uma iniciativa ou projecto específico. Isto é particularmente verdade no caso das actividades orientadas para a advocacia que pretendem assegurar mudanças na política ou prática a nível nacional, uma descrição que se encaixa em várias iniciativas analisadas. Isto não aponta necessariamente para uma falta de impacto, mas antes para a dificuldade metodológica ou impossibilidade de atribuir quaisquer mudanças observáveis a uma única intervenção; e pode ser abordada através de abordagens como a Análise de Contribuição (Mayne 2008, 2012), que pretende ‘tornar credíveis reclamações casuais acerca da contribuição que uma intervenção está a ter para os resultados observados’ (Mayne 2012: 270). Os casos em que estudos de pesquisa ou avaliações reclamam para si a atribuição de impactos a iniciativas específicas sem usar tais abordagens devem ser sempre tratados com cautela. A afirmação de que iniciativas específicas contribuíram para os resultados observáveis, com base em evidências e um raciocínio plausível, é mais credível do que atribuir um impacto observado a uma iniciativa específica; seja como for, essas afirmações de atribuição são muitas vezes feitas pelo financiador ou implementador da iniciativa, portanto, a origem das mesmas é motivo para as tratar com muita cautela.

Procura com fins determinados e não uma procura exaustiva e aberta:

Os termos deste exercício de revisão não abrangiam a realização de uma análise completamente exaustiva e sistemática das iniciativas mais relevantes de responsabilização social, nem seria justificada tal análise. Com base em experiências anteriores de pesquisa e revisão da literatura e prática nesta área, e na exposição, directa ou indirecta e envolvimento anteriores a algumas das iniciativas analisadas (em particular TracFM, chamadas telefónicas para a rádio

no Gana, Uganda Debt Network, Orçamentação Participativa em Madagáscar), conduzimos a pesquisa de modo direccionado e focalizado, apoiando-nos nas nossas experiências anteriores para informar as nossas constatações. A proeminência de publicações do IDS e dos seus parceiros na bibliografia reflecte esse factor. Fizemos esforços para triangular a informação pertinente à relevância e eficácia das iniciativas aqui analisadas, dentro do limite permitido pela disponibilidade de informação.

Surgiram diversas questões sobre a relevância e a aplicabilidade de iniciativas particulares para o contexto moçambicano, que devem também ser mencionadas:

Critérios-chave de aplicabilidade: Com base no nosso conhecimento existente do país, na nossa análise de *background* sobre as pesquisas realizadas na fase de concepção do CEP e na documentação do programa CEP, desenvolvemos um panorama do contexto moçambicano centrado nos aspectos mais relevantes para os fins desta análise (estado da sociedade civil, estado das relações de governação, estado do governo em termos de capacidades e atitudes em relação à responsabilização, e penetração e acesso das TIC). Isto são aproximações para o conjunto de realidades coloridas e complexas que compõem o vasto e diverso território e sociedade de Moçambique, e não fazem justiça a toda a sua complexidade. Não obstante este reducionismo, consideramos que foram úteis enquanto aproximações.

Contexto em evolução: Os contextos sociopolíticos estão num fluxo constante, e o alcance tecnológico está a evoluir rapidamente em África. Embora hoje a penetração das TIC em Moçambique seja relativamente baixa para um país africano, as taxas recentes de difusão apontam para rápidas evoluções em termos de conexão no futuro próximo, que mudarão o panorama para a realização de um trabalho eficaz de responsabilização baseado nas TIC. Da mesma maneira, à medida que a cultura política muda, e as exigências e a capacidade da sociedade civil moçambicana crescem, os critérios de aplicabilidade que foram desenvolvidos e aplicados ficarão ultrapassados.

O Quadro 1 lista as iniciativas seleccionadas, introduzindo cada uma delas através de breves descrições, as razões pelas quais foram identificadas como de 'primeira categoria', e todos os aspectos que o pessoal do CEP deve ter consideração ao avaliar a utilidade dessas iniciativas para os seus próprios fins. Com o Quadro 1 concluímos o corpo do nosso relatório e convidamos os leitores a passarem para a Secção 5 para obterem o primeiro quadro de resumo e, seguidamente, os modelos detalhados de todas as 23 iniciativas seleccionadas para inclusão. As iniciativas que consideramos de primeira categoria são mostradas a negrito no Quadro 2 e estão claramente marcadas como 'primeira categoria' dentro do respectivo modelo.

5. Iniciativas seleccionadas

As iniciativas de 'primeira categoria' estão assinaladas em **negrito (bold)**

Abordagem	Iniciativa	País	Objectivos estabelecidos
Rádio interactiva	TRAC FM (1)	Uganda	- Democratização - De desenvolvimento
	Programa de rádio 'Feedback' (2)	Gana	- De desenvolvimento - Empoderamento dos cidadãos - Democratização
	Programa de rádio 'Wo haw ne sen' (3)	Gana	- De desenvolvimento - Empoderamento dos cidadãos - Democratização
Monitoria da comunidade	Projectos de monitoria comunitária (4)	Malawi	- De desenvolvimento - Empoderamento dos cidadãos
	eduTrac (5)	Uganda	- De desenvolvimento
	mTrac (6)	Uganda	- De desenvolvimento
	Auto-avaliação da governação local (LGSA) (SHARIQUE) (7)	Bangladesh	- De desenvolvimento – Empoderamento dos cidadãos - Democratização

Razão (ões) para a não selecção	Comentários
N/A	N/A
N/A	N/A
N/A	N/A
- Requer estruturas existentes para assegurar a acção colectiva a nível comunitário	- As teorias da mudança parecem ser cegas em relação à realidade das dinâmicas de poder preexistentes e incentivos, e o facto é que a prestação de serviços é moldada pelas relações de patronato e centralidade da presidência. Essas realidades confundem a relação entre empoderamento e prestação de serviços melhorada, relação essa que, aparentemente, se considera estar adequadamente estabelecida. - Pelo menos tão útil quanto a informação gerada pelos cartões de inquérito, é analisar a capacidade do processo juntar coligações ou grupos para resolverem colectivamente problemas de prestação de serviços.
- Requer uma rede substancial de TIC (tecnologia SMS rápida)	
- Requer uma rede substancial de TIC (tecnologia SMS rápida) - Demasiado cedo para existirem evidências do impacto	- Desenvolvida em resposta à necessidade fundamental do MoH - A tecnologia pode também ser usada para outros fins: o MoH está a pensar em usá-la para monitorar dados sobre nutrição.
- Requer cooperação substancial entre o governo local e a comunidade - Pode não funcionar bem fora da cultura política particular do Bangladesh - Helvetas está a promover LGSAs em Moçambique também, mas há menos evidências de eficácia.	- Funciona tanto para o lado da 'procura' como para a 'oferta': o mesmo processo de avaliação é levado a cabo tanto a nível comunitário como do governo local, de modo a facilitar a compreensão de que a governação local diz respeito não só ao governo local, mas também ao cumprimento por parte dos cidadãos das responsabilidades que lhes cabem.

Quadro 1: Iniciativas de 1ª categoria

Abordagem	Iniciativa	País	Objectivos estabelecidos
Rádio interactiva	TRAC FM (1)	Uganda	- Democratização - De desenvolvimento
	Programa radiofónico 'Feedback' (2)	Gana	- De desenvolvimento - Empoderamento dos cidadãos - Democratização
	Programa radiofónico 'Wo haw ne sen' (3)	Gana	- De desenvolvimento - Empoderamento dos cidadãos - Democratização
Monitoria pela comunidade	Projecto de monitoria comunitária (4)	Malawi	- De desenvolvimento - Empoderamento dos cidadãos
Monitoria do orçamento	Identificação de orçamentos para a educação de baixo nível para uma advocacia a nível nacional (11)	Malawi	- De desenvolvimento
	Monitoria do orçamento (12)	Gana	De desenvolvimento
Outros	Rede Comunitária da Dívida no Uganda Participação e Empoderamento (17)	Uganda	- De desenvolvimento - Empoderamento dos cidadãos
	Programa da Associação Nacional dos Contribuintes de Demanda de Criação de Cidadania (National Taxpayers Association's Building Citizen Demand Programme) (18)	Quénia	- De desenvolvimento - Empoderamento dos cidadãos

Razão (ões) para selecção	Considerações sobre aplicabilidade
- A rádio comunitária é aplicável às províncias de Moçambique	- É necessário um esforço financeiro considerável em infra-estruturas e no desenvolvimento de software. Embora o alcance tenha sido rápido e seja fácil de demonstrar, é mais difícil mostrar que o impacto desejado tenha sido ou será atingido, em parte porque o enfoque da iniciativa durante a fase piloto de 2010-12 foi colocado no seu arranque e alcance, e não tanto na demonstração do seu impacto; e, em parte, porque é difícil detectar os tipos de mudanças para que a TRAC FM pretende contribuir, e ainda mais difícil associar essas mudanças a qualquer agente ou acção.
- A rádio comunitária é aplicável às províncias de Moçambique - Os utilizadores são pessoas que têm acesso a telefone móvel, pessoas com falta de meios para encontrar maneiras privadas de resolver problemas públicos	- Esta abordagem dá origem a uma má utilização pelos líderes políticos e funcionários públicos, que podem usá-la de forma instrumentalista para benefícios eleitorais ou populistas de curto prazo. Isto pode desviá-la dos efeitos transformadores de longo prazo em termos de prestação de serviços públicos, de uma governação mais responsável, ou de cidadãos empoderados.
- A rádio comunitária é aplicável às províncias de Moçambique - Os utilizadores são pessoas que têm acesso a telefone móvel, pessoas com falta de meios para encontrar maneiras privadas de resolver problemas públicos	- Esta abordagem abre espaço para uma má utilização pelos líderes políticos e funcionários públicos, que podem usá-la de forma instrumentalista para benefícios eleitorais ou populistas de curto prazo. Isto pode desviá-la dos efeitos transformadores de longo prazo em termos de prestação de serviços públicos, de uma governação mais responsável ou de cidadãos empoderados.
- Evidência dos resultados - Bons recursos para seguimento - Aplicável a vários níveis de governação (local ao nacional)	- Requer uma organização comunitária de base e estruturas nacionais para assegurar a acção colectiva ao nível comunitário. - Requer algum tipo de acordo com o governo, mas não requer necessariamente a existência de capacidade.
- Evidência dos resultados - Bons recursos para seguimento	
- Evidência de resultados e/ou contactos disponíveis para o CEP fazer o seguimento, para obter mais informação ou exposição - Inclui componente de consciencialização. Não pressupõe níveis altos iniciais de envolvimento - Aplicável em contextos tanto urbanos como rurais.	- Requer a existência de ou o estabelecimento de ligações aos órgãos de comunicação - Requer um bom relacionamento entre a implementação da monitoria orçamental e o governo a todos os níveis alvo.
A UDN existe há muito tempo, está bem estabelecida e adaptou-se para estar sempre a par das mudanças no quadro político ugandês. Tem sido um modelo em termos de capacidade de ajuste às necessidades de mudança.	- O contexto global de governação no Uganda é bastante favorável para adopção desta abordagem, pois a política de descentralização em curso e os actuais quadros de planificação estabelecem um compromisso para com o incentivo do envolvimento comunitário de baixo para cima nos processos de planificação. Pode não funcionar tão bem num contexto em que esse compromisso não esteja estabelecido, ou em que não seja evidente na prática. - Requer a existência ou a criação de ligações aos meios de comunicação.
Muitas vezes esta iniciativa gera demanda dos cidadãos por responsabilização, o que sugere que é altamente aplicável em contextos nos quais há uma demanda muito pouco articulada por parte dos cidadãos.	- Lançada em 2013, demasiado recentemente para existir qualquer avaliação ou pesquisa.

Orçamentação participativa	Orçamentação participativa em Ilala (8)	Tanzânia	- De desenvolvimento
	Orçamentação participativa em Batcham e Ezendouan (9)	Camarões	- De desenvolvimento - Empoderamento dos cidadãos - Democratização
	Orçamentação participativa, programa SAHA (10)	Madagáscar	- De desenvolvimento - Democratização
Monitoria do orçamento	Identificação de orçamentos de nível local para advocacia para nível nacional (11)	Malawi	- De desenvolvimento
	Monitoria do orçamento (12)	Gana	- De desenvolvimento
	Sistema de monitoria da educação pré-primária (BRAC_ (13)	Bangladesh	- De desenvolvimento
	Orçamento da sociedade civil Grupo de advocacia (14)	Uganda	- De desenvolvimento - Democratização
Auditoria social	Auditorias Sociais no Fundo de Desenvolvimento dos círculos eleitorais do Quénia (15)	Quénia	- De desenvolvimento - Empoderamento dos cidadãos
	Auditorias sociais participativas com os jovens (16)	Quénia	- De desenvolvimento - Empoderamento dos cidadãos - Democratização

- Falta de fontes alternativas para triangular a fonte altamente posicionada que conseguimos identificar	
- Falta de fontes	
- Não está claro como isto poderá funcionar num modelo diferente de descentralização ou mecanismos diferentes institucionais	- A orçamentação participativa foi particularmente útil nas municipalidades com grandes receitas provenientes de recursos naturais (ex., áreas de mineração)
N/A	N/A
N/A	N/A
- Sistema desenvolvido organicamente ao longo do tempo, baseado em infra-estruturas pré-existentes - Questionável se uma ONG mais pequena e limitada seria capaz de implementar um sistema de monitoria com este grau de complexidade e objectivos múltiplos	- Interessante como uma alternativa às TIC Modelo geral pode ser aplicado ao serviço das verificações de prestação de serviços
- Falta de fontes	
- Falta de fontes	- Existem alguns paralelos entre o Fundo de Desenvolvimento do Círculo Eleitoral (CDF) no Quénia e o orçamento de Investimento de Iniciativa Local em Moçambique - Principal enfoque na criação de consciência sobre fundos e despesas
- Falta de fontes	- Aplicável tanto nos contextos urbanos como rurais

Outros	Rede da Dívida comunitária no Uganda Participação e empoderamento (17)	Uganda	- De desenvolvimento - Empoderamento dos cidadãos
	Programa da Associação Nacional dos Contribuintes de Demanda de Criação de Cidadania (National Taxpayers Association's Building Citizen Demand Programme) (18)	Quénia	- Democratização - Empoderamento dos cidadãos
	Observatório social (19)		- Democratização
	Campanha 'Stop Stock- Outs' (20)	Quénia, Madagáscar, Uganda, Malawi, Zâmbia, Zimbabwe	- De desenvolvimento
	Projecto de literacia económica (21)	Malawi	- De desenvolvimento - Empoderamento dos cidadãos
	Conselhos de saúde (22)	Brasil	- Democratização
	Relatório-U (U-report) (23)	Uganda	- De desenvolvimento - Empoderamento dos cidadãos

N/A	N/A
N/A	N/A
N/A	- Actualmente, podem não existir condições para o modelo do observatório ter sucesso em Moçambique, mas este modelo pode tornar-se viável dentro de relativamente pouco tempo, pelo menos em certas partes do país, dado o crescimento de um pequeno mas altamente qualificado leque de investigadores/analistas. Muito dependeria do surgimento de financiadores e parceiros que pudessem ajudar a institucionalizá-lo como modelo, e de uma burocracia pública mais transparente e acessível, que forneceria a informação de que um observatório precisaria para realizar o seu trabalho.
<ul style="list-style-type: none"> - Campanha - Falta de fontes - Requer tecnologia Ushahidi - Requer monitores de rupturas de stock com telefones móveis - Requer que a iniciativa forneça os seus telefones móveis aos monitores SSO, assim como crédito para os mesmos e facilidades em aumentar esse crédito, enquanto os monitores precisam de conseguir manter a bateria dos telefones carregada 	- A questão da ruptura de stocks é relevante para o contexto moçambicano
<ul style="list-style-type: none"> - Falta de fontes. - Requer um bom relacionamento com o Parlamento 	- O MEJN adaptou o seu enfoque e estratégia às mudanças em termos de necessidades e contexto (de um enfoque estrito em literacia económica, para mais tarde lidar com advocacia orçamental)
<ul style="list-style-type: none"> - Para funcionar bem, deve ser criado por lei (i.e., tem que haver iniciativa do governo, possivelmente em resposta à intensa pressão do público, como no caso do Brasil) <p>Não está claro como isto funcionaria.</p>	
- Dependa na rede de jovens ligados às TIC	- Actualmente em aplicação no Burundi, República do Congo, Moçambique, Sul do Sudão, Zâmbia e Zimbabwe

Resumos de cada iniciativa em formato comum

O que se segue é um panorama geral resumido das 23 iniciativas listadas no quadro 23, utilizando um formato comum. As iniciativas estão divididas em tipos de abordagem (Rádio Interactiva; Monitoria Comunitária; Orçamentação Participativa; Monitoria Orçamental; Auditorias Sociais; e Outros), tal como se segue:

Rádio interactiva

A rádio interactiva fornece aos cidadãos uma plataforma para se envolverem em debates com outros cidadãos e seus líderes. Pode promover transparência e responsabilização; ampliar as vozes individuais ou agregá-las numa voz colectiva; acrescentar peso e perfil às tentativas dos ouvintes que telefonam para a rádio de assegurar a resolução dos problemas ou responsabilização por parte dos líderes ou provedores de serviços; recolher, processar e permitir uma visualização rápida dos dados relativos à opinião pública.

1. TRAC FM – Uganda
2. Programa 'Feedback' na Joy FM - Gana
3. Programa 'Wo haw ne sen' na Peace FM – Gana

Monitoria comunitária

A monitoria comunitária destina-se a monitorar actividades em curso de agências públicas. Frequentemente, a monitoria comunitária é usada como modo de assegurar que o desempenho actual esteja de acordo com as normas – e é focalizada em características observáveis, por exemplo, consulta de um professor ou médico, qualidade da construção ou assegurar que procedimentos apropriados estão a ser seguidos. A monitoria comunitária tem sido particularmente útil para revelar situações de corrupção ou desvio de recursos públicos (Joshi 2012c).

4. Projecto de monitoria comunitária – Malawi
5. eduTrac - Uganda
6. mTRAC – Uganda
7. Auto-avaliação da governação local (SHARIQUE) - Bangladesh

Orçamentação participativa (fase de formulação do orçamento)

A orçamentação participativa é um mecanismo (ou processo) através do qual a população decide, ou contribui para a tomada de decisões, em relação ao destino da totalidade ou de parte dos recursos públicos disponíveis. (UN-HABITAT 2004).

8. Orçamentação Participativa em Ilala – Tanzânia
9. Orçamentação Participativa em Batcham e Ezendouan - Camarões
10. Orçamentação participativa, programa SAHA - Madagáscar

Monitorização orçamental (fase de execução orçamental)

A monitorização orçamental destina-se a destacar fugas e lacunas na provisão de financiamentos a nível local. Através do rastreamento de orçamentos ao longo da sua implementação, os grupos da sociedade civil podem responsabilizar funcionários públicos ao avaliar se os recursos públicos foram gastos como previsto.

11. Rastreamento orçamental no Malawi – Coligação da Sociedade Civil para Qualidade da Educação Básica (CSCQBE)
12. Monitoria orçamental - Gana
13. Sistema de monitoria da educação pré-primária (BRAC) – Bangladesh
14. Grupo de advocacia da sociedade civil para o orçamento (CS-BAG) - Uganda

Auditorias sociais

A auditoria social é o processo de verificação que cruza os registos do governo e as realidades no terreno, processo este conduzido por pessoas afectadas pela implementação de qualquer projecto, lei, ou política em particular.

15. Auditorias Sociais ao Fundo de Desenvolvimento do Círculo Eleitoral do Quénia – Quénia
16. Auditoria social participativa com a juventude – Quénia

Outros

17. Uganda Debt Network's Community Participation and Empowerment – Uganda
18. Building Citizen Demand Programme – Quênia
19. Observatório Social
20. Campanha 'Stop Stock-Outs'
21. Projecto de literacia económica – Malawi
22. Conselhos de saúde - Brasil
23. U-report – Uganda

As referências e fontes que consideramos particularmente boas e úteis estão marcadas com um asterisco (*) na secção de referências de cada resumo.

1. TRAC FM - Uganda (Kampala) – 2011- em curso INICIATIVA DE PRIMEIRA CATEGORIA

Referência(s)

Proposta TRAC

Dijkstra, W. (2011), Mid-term evaluation report TRAC FM.

Objectivos e reivindicações

De desenvolvimento, democratização - a TRAC trabalha para melhorar o bem-estar das pessoas capacitando-as para fazerem escolhas informadas e para responsabilizarem os seus líderes. A TRAC FM tem o objectivo de reforçar o debate público e os mecanismos de responsabilização analisando os dados recolhidos junto a uma grande diversidade de pessoas, e usando esses mesmos dados para alimentar o debate público.

Quem está envolvido?

- Parceiros da TRAC com a Text to Change na Fundação TTC;
- ACODE (coligação de advogados para o desenvolvimento e o ambiente) grupo de reflexão independente para advocacia e pesquisa de políticas públicas, baseado em Kampala;
- Apoio da HIVOS, Twaweza e ATTI;
- O enfoque nesta primeira metade do período do projecto consistiu no estabelecimento de novas parcerias com emissores de rádio e organizações da sociedade civil. Dado que havia uma solicitação clara da Twaweza e da ATTI para se conectar com uma rede mais larga de modo a amplificar o trabalho de advocacia, foram estabelecidos Memorandos de Entendimento / parcerias com as seguintes organizações:
 - John Paul 2 Justice and Peace centre (JP2JPC)
 - Northern Uganda Ric-Net (Rweco)
 - Western Uganda Debt Network (UDN)
- As três organizações parceiras da TRAC FM desenvolvem campanhas de advocacia. Nesta actividade, a TRAC FM é o parceiro directo das estações de rádio e envolve OCBs no desenvolvimento de talk shows radiofónicos interessantes. As OCBs sugerem questões para sondagens, fornecem background para informar os programas radiofónicos, levam convidados para o estúdio ou realizam campanhas usando resultados das sondagens. Essas OCBs tornar-se-ão instrumentais na próxima fase da TRAC FM, o que as colocará na dianteira quando se tratar de operar a plataforma TRAC FM. Ao ligar eficazmente as OCBs e as estações de rádio através da plataforma TRAC FM, esta pretende tornar-se financeiramente sustentável e independente de financiamentos, e terminar o trabalho activo no Uganda em Junho de 2014;
- Para além das parcerias com OCBs, a TRAC FM fez um esforço especial para colocar a plataforma em funcionamento em 6 novas estações de rádio. Para além da contínua parceria com parceiros da rádio Sanyu FM em Kampala e da Rádio WA em Lira, as novas estações incluem: a Deta FM – Soroti – Radio Pacis – Arua – Gulu – Savior FM – Amuria – Life FM – Forte Portal – Radio Guide – Kasese;
- Imprensa escrita

Como é que funciona?

- Plataforma estabelecida para monitorar e realizar campanhas de modo permanente relativamente à prestação de serviços em Kampala, através de SMS, talk shows radiofónicos em directo, visualização de dados e posicionamento nos meios de comunicação;
- São utilizadas plataformas de debate para recolher dados directamente;
- O fácil uso de software permite aos apresentadores de rádio realizar inquéritos durante os talk shows, aos quais os ouvintes são encorajados a reagir por via de SMS (grátis);

- Utilizando o design gráfico e as mais recentes técnicas de visualização de dados, a TRAC combina os relatos dos cidadãos relativamente à prestação de serviços em Kampala e apresenta esses dados de forma compreensível e apelativa;
- As mensagens de texto recolhidas pela TRAC são processadas por um software de visualização e instantaneamente ligadas a estações de rádio FM onde os produtores do talk show podem alimentar o programa verbalmente usando os dados em debates públicos;
- Transmissões de rádio em língua local;
- Uma estação em Kampala e outras no norte do Uganda.

Resultados em termos de resposta do governo e empoderamento dos cidadãos

- Nenhuma informação encontrada: a fase piloto da TRAC FM acaba em Junho de 2013 e a avaliação desta fase não foi ainda publicada;
- Nesta fase piloto não é possível demonstrar que a iniciativa funcionou em termos de assegurar o impacto desejado, mas existem evidências de que foi bem-sucedida em alcançar e envolver um grande número de cidadãos comuns que tinham reclamações ou questões relacionadas aos serviços públicos ou à política que devem ser abordadas, e que têm poucos canais para abordar essas questões de modo eficaz.

O que sabemos sobre a razão de ter funcionado?

Não há qualquer informação disponível. Pode resumir-se que a combinação de concepção de *software* empresarial e a criação de um bom relacionamento e redes no sector da rádio foram fundamentais para o sucesso da iniciativa piloto da TRAC FM. Se esses factores podem ter impactos de desenvolvimento ou de democratização a longo prazo, é algo ainda por verificar.

2. 'Feedback' do programa na Joy FM – Gana – suspenso em 2010 INICIATIVA DE PRIMEIRA CATEGORIA

Referência(s)

Selormey, E. (2012). Rethinking citizen voice: The case of radio call-ins in Accra, Ghana. Africa power and politics. Working Paper 26. August 2012. Disponível online em: <http://www.institutions-africa.org/filestream/20120814-rethinking-citizen-voice-the-case-of-radio-call-ins-in-accra-ghana> Acedido a 17.05.13

Selormey, E. (forthcoming). Citizen Voice and Bureaucratic Responsiveness: FM radio phone-ins and the delivery of municipal and local government services in Accra, Ghana. Tese de doutoramento não publicada. Instituto de Estudos sobre o Desenvolvimento, 2013.

Objectivos e Reivindicações

De desenvolvimento, democratização, empoderamento dos cidadãos - Maneira de obter uma transmissão pública e resolver as questões e reclamações dos cidadãos sobre maus serviços (privados ou públicos) que tenham recebido, e do público em geral expressar as suas preocupações sobre problemas que observaram.

Quem está envolvido?

- Equipa da Joy FM (estação de rádio privada);
- Participantes activos/partes envolvidas: na sua maioria, os utilizadores não estão economicamente empoderados para encontrar meios para resolver os problemas públicos, quer localmente quer fora (Booth 2010:1, citadi un Selormey a publicar: 192);
- Provedores de serviços.

Como é que funciona?

- Programa radiofónico 'Feedback', da Joy FM, é um dos mais ouvidos e confiados entre as estações radiofónicas de Accra. O 'Feedback' é a bandeira da Joy FM e é uma plataforma de campanha de orientação e protecção dos consumidores, o primeiro no seu género a ser radiodifundido por uma estação privada no Gana. Plataforma 'no ar' para a qual os ouvintes telefonam e contam as suas experiências com a má prestação dos serviços privados e públicos;
- Problemas abordados em nome do ouvinte que liga para a rádio, através do seguimento daqueles junto das instituições em causa, e assegurando a sua resolução, chamando a atenção para questões ou problemas, colocando-os no ar, fazendo com que as autoridades ou instituições respondam directamente ao ouvintes e beneficiários dos seus serviços, ou convidando-os ao estúdio, e ainda dando a conhecer aos ouvintes a resolução de reclamações apresentadas anteriormente;
- A estação dirige-se principalmente às classes educada e média. Noventa por cento das suas transmissões são em inglês;
- A 'Feedback' não permite mensagens de texto, tendo optado somente pelo formato mais tradicional de 'chamadas de voz'.

Resultados em termos de resposta do governo e empoderamento dos cidadãos

- Resposta induzida politicamente;
- A política de concorrência democrática no Gana está a levar a uma situação na qual as partes políticas são sensíveis à ampla publicidade não apenas de reclamações sobre os serviços públicos, mas também de notícias sobre as suas agendas e desempenho, especialmente quando os seus manifestos eleitorais e materiais de campanha prometem a melhoria das infra-estruturas e dos serviços públicos (Salormey, a publicar: 197);

- Exemplo: uma SMS enviada para o Morning Show na Joy FM em Setembro de 2010 levantou a questão de uma infestação de mosca negra na fonte de água potável em Ausoboi, depois do deputado da zona ter tentado, sem sucesso, alertar as autoridades de saúde para o problema em várias ocasiões. O debate público e o seguimento por parte da Joy FM eventualmente conduziram à resolução do problema (rastreamento e tratamento para os afectados, e aprovisionamento de água potável);
- Programas de rádio interactivos como o 'Feedback' foram também utilizados em outros contextos. Assim, comentando as eleições gerais do Gana de 2000, e como as estações de rádio FM foram combinadas com o uso de telefones móveis num processo eleitoral agitado, Zuckerman (2008, citado em Selormey, a publicar) escreve: "Os votantes que eram impedidos de votar usaram os telefones móveis para relatarem a sua experiência em programas de chamadas telefónicas produzidos por estações de rádio locais. As estações depois transmitem os relatos, apelando à polícia para responder às acusações de intimidação de voto. Se os votantes tivessem telefonado directamente para a polícia é possível que as autoridades não tivessem respondido. Assim, ao fazerem relatos através da rádio, os votantes eliminaram a possibilidade de a polícia anunciar que não existiam relatos de intimidação de votantes.";
- É possível que o 'Feedback' não tenha até agora um efeito de longo prazo e transformador sobre a responsabilização, mas é usado de forma instrumental para fins populistas do patronato ou políticos, ou em modo "combate a incêndios" pelas autoridades locais preocupadas com a cobertura mediática negativa.

O que sabemos sobre a razão para ter funcionado?

- A interactividade e participação dos ouvintes tornaram-se moda nos anos 90, quando estações de rádio como a Joy FM, a primeira rádio comercial privada em Accra, e a Rádio Universe, uma estação de rádio FM universitária, introduziram programas ouvinte – interactivos. Estes programas deram aos ouvintes uma grande oportunidade para participarem e adicionarem a sua voz aos muitos discursos de interesse nacional;
- Em sociedades predominantemente orais, como as do Gana, a capacidade que a rádio tem de transmitir numa língua que permita a participação dos que não são literatos em língua inglesa é importante (Yankah, 2006). Por conseguinte, a língua em que uma estação de rádio transmite faz uma grande diferença na preferência por essa estação;
- É possível atingir audiências distintas com diferentes demografias ou outras características, por exemplo, através da localização da estação de rádio e da escolha de língua de transmissão, como demonstra a comparação entre as audiências da Joy FM e da Peace FM;
- Popularidade e longevidade da estação de rádio;
- Fornecer evidências e a verdade (assegurar que as reclamações / queixas são genuínas e baseadas em evidências);
- Habilidades em relações públicas, e contactos para gerar a cooperação de funcionários públicos;
- Definição da Marca (Branding) - uso de idiomas locais;
- Abordagem de dedicação e prestação de serviços.

NB: O programa 'Feedback' foi suspenso em 2010 devido a diferenças de opinião sobre o formato e estilo de apresentação do programa entre o apresentador e os directores do programa.

3. Programa 'Wo haw ne sen' na Peace FM – Gana – em curso INICIATIVA DE PRIMEIRA CATEGORIA

Referência(s)

Selormey, E. (2012). Rethinking citizen voice: The case of radio call-ins in Accra, Ghana. Africa power and politics. Working Paper 26. August 2012. Disponível online em: <http://www.institutions-africa.org/filestream/20120814-rethinking-citizen-voice-the-case-of-radio-call-ins-in-accra-ghana> Acedido a 17.05.13

Selormey, E. (a publicar). Citizen Voice and Bureaucratic Responsiveness: FM radio phone-ins and the delivery of municipal and local government services in Accra, Ghana. Tese de Doutoramento não Publicada. Instituto de Estudos sobre o Desenvolvimento, 2013.

Objectivos e Reivindicações

De desenvolvimento, democratização, empoderamento dos cidadãos - Campanha criada para abordar e resolver as reclamações dos cidadãos em relação à má prestação de serviços (privados ou públicos) por eles sofrida, e para o público em geral expressar as suas preocupações sobre problemas por si observados.

Quem está envolvido?

- A equipa da Peace FM (estação de rádio privada);
- Participantes activos/partes envolvidas: na sua maioria, os utilizadores não estão economicamente empoderados para encontrar meios para resolver os problemas públicos, quer localmente quer fora (Booth 2010:1, cited in Selormey 192);
- Provedores de serviços.

Como funciona?

- A Peace FM é a primeira estação de rádio em Accra em língua local (a sua principal língua de transmissão é o Akan), e a segunda estação mais ouvida em Accra;
- Criada plataforma 'no ar' para que os cidadãos telefonem (em directo) para reportar as suas experiências com a má prestação de serviços privados/públicos;
- Rádio aborda os problemas em nome dos ouvintes que ligam através do seu

seguimento junto às instituições em causa e garantindo a sua resolução, alertando para questões ou problemas colocando-os no ar, fazendo com que as autoridades ou instituições respondam directamente ao ouvintes e beneficiários dos seus serviços, ou convidando-os ao estúdio, e ainda dando a conhecer aos ouvintes a resolução de reclamações apresentadas anteriormente;

- O programa ‘Wo haw ne sen’ é transmitido em língua local (Akan), o que explica o facto de os seus ouvintes serem principalmente pessoas de classe média-baixa, a maioria dos quais sem qualificações educacionais para além da educação secundária (Selormey: 73);
- A Peace FM permite também o envio de mensagens SMS. Dados os custos da chamada, as mensagens de texto constituem uma maneira mais eficaz de encorajar a participação.

Resultados em termos de resposta do governo e empoderamento dos cidadãos

- Resposta induzida politicamente;
- A política de concorrência democrática no Gana está a levar a uma situação na qual as partes políticas são sensíveis à ampla publicidade não apenas de reclamações sobre os serviços públicos, mas também de notícias sobre as suas agendas e desempenho, especialmente quando os seus manifestos eleitorais e materiais de campanha prometem a melhoria das infra-estruturas e dos serviços públicos (Salormey, a publicar: 197);
- Programas de rádio interactivos, como o ‘Feedback’, foram também utilizados em outros contextos. Assim, comentando as eleições gerais do Gana de 2000, e como as estações de rádio FM foram combinadas com o uso de telefones móveis num processo eleitoral agitado, Zuckerman (2008, citado em Selormey, por publicar) escreve: “Os votantes que eram impedidos de votar usaram os telefones móveis para relatarem a sua experiência em programas produzidos por estações de rádio locais. As estações depois transmitem os relatos, apelando à polícia para responder às acusações de intimidação de voto. Se os votantes tivessem telefonado directamente para a polícia é possível que as autoridades não tivessem respondido. Assim, ao fazerem relatos através da rádio, os votantes eliminaram a possibilidade de a polícia anunciar que não existiam relatos de intimidação de votantes.”;
- É possível que o ‘Feedback’ não tenha até agora um efeito de longo prazo e transformador sobre a responsabilização, mas está a ser usado de forma instrumental para fins populistas, de patronato ou políticos, ou é usado em modo “combate a incêndios” pelas autoridades locais preocupadas com a cobertura mediática negativa.

O que sabemos sobre a razão para ter funcionado?

- A interactividade e participação dos ouvintes tornou-se moda nos anos 90, quando estações de rádio como a Joy FM, a primeira rádio comercial privada em Accra, e a Rádio Universe, uma estação de rádio FM universitária, introduziram programas ouvinte – interactivo. Este programas deram os ouvintes uma grande oportunidade

para participar e adicionar a sua voz aos muitos discursos de interesse nacional;

- Em sociedades predominantemente orais, como as do Gana, a capacidade que a rádio tem de transmitir numa língua que permita a participação dos que não são literatos em língua inglesa é importante (Yankah, 2006). Por conseguinte, o meio no qual as estações de rádio transmitem faz uma grande diferença na preferência por essa estação;
- É possível definir como alvo audiências distintas com diferentes demografias ou outras características, por exemplo, através da localização da estação de rádio e da escolha de língua de transmissão, como demonstra a comparação entre as audiências da Joy FM e da Peace FM);
- Popularidade e longevidade da estação de rádio;
- Fornecendo evidências e a verdade (assegurar que as reclamações são genuínas e baseadas em evidências);
- Habilidades em relações públicas e contactos para gerar a cooperação de funcionários públicos;
- Definição da Marca (Branding) - uso de idiomas locais;
- Abordagem de dedicação e prestação de serviços.

4. Projecto comunitário de monitoria (CBMP) – Malawi (fichas de avaliação) – 2008 - em curso

INICIATIVA DE PRIMEIRA CATEGORIA

Referência(s)

Mwanza, J. and Ghambi, N. (2011). The community scorecard process: methodology, use, successes, challenges and opportunities, in IIED (eds.). Young citizens: youth and participatory governance in Africa. Participatory Learning and Action 64. London: IIED. *

Wild, L. and Harris, D. (2011). The political economy of community scorecards in Malawi. London: Overseas Development Institute. Disponível online em: <http://www.odi.org.uk/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/7543.pdf> Acedido a 16.05.13 *

Objectivos e Reivindicações

De desenvolvimento / empoderamento dos cidadãos - este projecto destina-se a aumentar a participação da comunidade no processo de orçamentação, melhorar o acesso e a qualidade dos serviços públicos e capacitar as ONGs e as OCBs para alcançarem as comunidades nas áreas rurais de modo a facilitarem funções de monitoria comunitária nos sectores da educação, agricultura, saúde, água e saneamento.

Quem está envolvido?

- Liderado por um consórcio de três organizações da sociedade civil a nível nacional, Plan Malawi, Action Aid, Malawi e o Council for Non-Governmental Organisations in Malawi (CONGOMA), juntamente com o Ministério de Planificação do Desenvolvimento;
- O Conselho das Organizações Não-governamentais no Malawi (CONGOMA) é uma instituição designada por lei como órgão de coordenação das ONGs no Malawi. É uma organização associativa composta tanto por ONGs locais como internacionais, de modo a espelhar e acomodar a diversidade dos seus membros;
- A implementação ao nível local foi levada a cabo por uma rede de 20 organizações locais parceiras;
- Financiamento: DFID e Plan UK.

Como funciona?

- Avaliação da capacidade de organizações locais, identificação e formação do pessoal de facilitação;
- Pesquisa preliminar na comunidade (ex., mapeamento da pobreza);
- Organização de reuniões com a comunidade para o processo de fichas de avaliação;
- Divisão da comunidade em grupos focais;
- Desenvolvimento de indicadores de desempenho;
- Avaliação de indicadores por grupos;
- Explicação do desempenho das pontuações;
- Registo e consolidação das pontuações nos grupos;
- Reuniões de interface a nível distrital (entre provedores e utilizadores de serviços);
- Feedback e diálogo;
- Desenvolvimento de Planos de Acção Conjuntos pelos participantes ('utilizadores' e 'provedores');
- Consolidação das constatações nas comunidades e envolvimento a nível sectorial/nacional;
- Algumas questões podem ser resolvidas através de acções locais passíveis de serem geridas a nível comunitário, tais como a provisão de casas de banho limpas no centro de saúde. Outras questões requerem a atenção dos governos locais ou mudanças nas políticas e, conseqüentemente, envolvimento com as partes interessadas nacionais.

Resultados em termos de resposta do governo e empoderamento dos cidadãos

- Aceitação por parte do administrador distrital de que o processo consiste numa importante ferramenta na planificação;
- Ajudou a fornecer evidências e contribuiu para a mudança no pagamento de salários aos professores;
- A informação fornecida foi útil para alocar recursos para a educação e a saúde;
- Mudanças no modo como as comunidades abordam o bloqueio dos serviços locais, deslocação de recursos e evidências de uma melhor resposta por parte de alguns funcionários públicos (por exemplo, em termos de gestão do mercado), sugerem que o processo das fichas de avaliação tem potencial para contribuir para mudanças significativas, mesmo num contexto com constrangimentos;
- Quando existem pressões de baixo, estas não tomam necessariamente a forma mais passível de levar à melhoria dos serviços. A prevalência de relações patrão – cliente modela significativamente a natureza das relações de responsabilização em múltiplos sectores. Isto foi visível, por exemplo, em relação às escolas comunitárias visitadas, que implementaram o CBMP, o que realçou algumas melhorias significativas em aspectos de prestação de serviços (tais como, a construção de novas infra-estruturas), e solicitações de financiamento adicional, mas não houve um sentimento real de mudanças nas relações entre os cidadãos e os provedores de serviços do Estado (Wild and Harris, 2001);
- É provável que todas as mudanças mais significativas em termos de maior voz e empoderamento dos cidadãos necessitem de mudanças estruturais mais profundas, e além do é exequível este CBMP alcançar sozinho;
- A ligação assumida entre o empoderamento dos cidadãos e uma melhor prestação de serviços não parece reflectir adequadamente todas as realidades de incentivos e dinâmicas de poder a nível local, onde a prestação de serviços continua a ser significativamente moldada pela posição de relações de patronato e pela centralidade da presidência;
- O mais útil não é a informação produzida na ficha de avaliação, mas a capacidade do processo juntar coligações ou grupos para resolver colectivamente problemas relacionados à prestação de serviços.

O que sabemos sobre a razão para ter funcionado?

- Combinação de fichas de avaliação e PETS;
- O uso de programas radiofónicos e de DVDs para documentar as questões que surgem do processo ajuda a documentar, melhorar e partilhar as constatações e resultados, e aumenta o fluxo de informação dos utilizadores para os planificadores;
- Características de implementação de OCBs;
- Qualidade ou força da liderança local (ex., existência ou não de indivíduos com a mentalidade mudada entre os provedores de serviços ou o líder tradicional);

- Características comunitárias: se as comunidades têm capacidade de 'auto-ajuda' ou para trabalharem colectivamente na resolução de problemas;
- Embora as observações que informam o estudo ODI não sejam necessariamente representativas do impacto do CMBP em todos os locais piloto, as entrevistas conduzidas sugerem que uma combinação de estruturas CBMP (reuniões de interface e planos conjuntos de acção) e a habilidade de pedir a estruturas existentes para assegurar a acção colectiva a nível comunitário (tais como impulsionamento do poder de reunião dos chefes de aldeia para assegurar a participação) jogaram um papel importante na facilitação de reacções de acções colectivas a nível comunitário (ODI).

5. EduTrac - Uganda - 2010- em curso

Referência(s)

Cummins, M. and Huddleston, B. (2013). Real Time Monitoring for the Most Vulnerable: UNICEF's experience in Uganda. IDS Bulletin, 44(2):57-68.

Cummins, M. and Huddleston, B. (2012). Uganda Country Report: mTrac and U-report. RTMMV Global Study. UNICEF and IDS. Disponível online em: <http://real-time-monitoring.org/wp-content/uploads/2013/05/RTMMV-Uganda-Country-Report.pdf> Acedido a 29.05.13

UNICEF Uganda (2012). Education in Emergencies and Post-crisis Transition. 2011 Programme Report. Disponível online em: http://www.educationandtransition.org/wp-content/uploads/2007/04/2011_Uganda_EEPCT_reports.pdf Acedido a 30.05.13

Blog oficial (não actualizado desde o final de 2012) <http://edutrac.blogspot.co.uk/>

Objectivos e Reivindicações

De desenvolvimento - Sistema de monitoria escolar, destinado a fornecer informação que deverá melhorar a prestação de serviços de educação primária.

Quem está envolvido?

- UNICEF Uganda (T4D);
- Dados recolhidos de professores chefes, conselhos de gestão das escolas e organizações juvenis.

Como funciona?

- Dirigido ao melhoramento de indicadores-chave de educação, tais como o absentismo dos professores, disponibilidade de manuais e funcionalidade de pontos de água e latrinas, recolhendo dados de rotina dos professores chefe, conselhos de gestão das escolas e organizações juvenis através de SMS;
- Segundo o website oficial, dos 725 monitores de 275 escolas em 4 distritos, em 2011, a eduTrac cresceu para 5300 monitores de 1400 escolas em 14 distritos, em 2012.

A nível da escola:

- O professor chefe, os professores e o Movimento da Educação das Raparigas recebem questões sobre os indicadores de qualidade chave da educação;
- Os professores respondem semanalmente às questões sobre assiduidade e questões curriculares;
- O professor chefe responde às questões com uma periodicidade semanal, mensal e semestral;
- Os membros do SMC e GEM enviam relatórios sobre as mesmas questões na perspectiva da comunidade, providenciando a triangulação;
- O consultor eduTrac e os funcionários do UNICEF dão apoio aos utilizadores e repórteres.

Seguimento:

- Espera-se que o sistema de monitoria ajude a acelerar o apoio às escolas com base na informação recebida;
- Os dados recolhidos através dos telemóveis facilitam também o acesso a informação actualizada e tendências, o que pode informar e orientar os planificadores e os parceiros de desenvolvimento no alcance de uma educação de qualidade. Uma ligação eventual ao Sistema de Informação sobre a Gestão da Educação (EMIS) e o Sistema de Gestão da Informação a Nível Distrital irá não apenas enriquecer os dados recolhidos no EMIS, mas também fornecer um sistema para a recolha mais frequente de dados (Unicef Uganda, 2012).

Resultados em termos de resposta do governo e empoderamento dos cidadãos

- Pouca informação disponível – ainda na fase piloto;
- Ronda de testes em 2011, realizados em 14 distritos para cobrir 1,000 escolas no final de 2012.

O que sabemos sobre a razão para ter funcionado?

- Pouca informação disponível – ainda na fase piloto.

6. mTrac – Uganda - 2010- em curso

Referência(s)

Cummins, M. and Huddleston, B. (2013). Real Time Monitoring for the Most Vulnerable: UNICEF's experience in Uganda. *IDS Bulletin*, 44(2):57-68.

Cummins, M. and Huddleston, B. (2012). Uganda Country Report: mTrac and U-report. RTMMV Global Study. UNICEF and IDS. Disponível online em: <http://real-time-monitoring.org/wp-content/uploads/2013/05/RTMMV-Uganda-Country-Report.pdf> Acedido a 29.05.13

Website oficial: <http://www.mtrac.ug/content/mission-vision-objective>

Objectivos e Reivindicações

De desenvolvimento - a intenção é aumentar a eficácia dos serviços de saúde do Uganda, assegurando que todas as equipas de saúde nas aldeias sejam vistas pela população como servindo eficazmente as suas necessidades, e estejam permanentemente dotadas de quantidades adequadas de medicamentos antimaláricos. Ao melhorar o acesso a esses medicamentos espera-se que os mais vulneráveis consigam receber tratamento atempado, o que é especialmente importante nas primeiras 24 horas da doença.

Quem está envolvido?

- A mTrac é uma iniciativa liderada pelo Ministério da Saúde do Uganda com apoio do Fundo das Nações Unidas para a Educação e Criança (UNICEF) e a Organização Mundial da Saúde (OMS);
- Financiamento da DFID UK Aid;
- Adicionalmente apoiada pela Unidade de Monitoria de Medicamentos e prestação de Serviços de Saúde (MHSDMU), os armazéns nacionais de medicamentos (NMS) e a Malaria Consortium;
- Programa para a Tecnologia do Desenvolvimento no UNICEF Uganda;
- Apoio da Fundação para Novos Diagnósticos Inovadores (FIND);
- A ser agora alargada ao nível nacional pelo Ministério da Saúde, com apoio da DFID, UNICEF, e OMS;
- 3 fontes de informação: A primeira fonte de dados vem dos trabalhadores da saúde que reportam as doenças de notificação obrigatória, o manejo dos casos de malária e as quantidades armazenadas de terapias de combinação com base na artemisina todas as semanas. A segunda fonte de dados dentro da mTrac vem das equipas de saúde nas aldeias (semanalmente). A terceira fonte de dados dentro da mTrac são os relatórios comunitários, através de uma linha de mensagens SMS anónimas.

Como funciona?

- O mTrac foi lançado a nível nacional em Novembro de 2011. Em Março de 2013 tinha-se expandido para aproximadamente 1,000 postos de saúde em 28 distritos no centro do Uganda, e espera-se cobrir os 5,000 postos de saúde em 112 distritos em Março de 2013;
- Utiliza telemóveis para transmitir a informação sanitária local, incluindo vigilância de doenças, tratamento da malária, e quantidade de medicamentos em stock;
- São usados vários métodos para verificar o que é reportado pelos postos de saúde, incluindo a informação dada através da linha anónima de SMSs, relatórios independentes de VHTs e núcleos de U-reports, para ajudar a identificar áreas que necessitem de mais acompanhamento e apoio;
- A mTrac substituiu o sistema baseado em papel, possibilitando ao pessoal de saúde nas unidades sanitárias usar os seus próprios telemóveis para informar sobre níveis de armazenamento e taxas de utilização de antimaláricos, com os dados instantaneamente disponibilizados através de SMSs e um website para os gestores do governo.

Resultados em termos de resposta do governo e empoderamento dos cidadãos

É ainda um pouco cedo para se obterem mais do que evidências empíricas em termos de impacto. Contudo, Cummins e Huddleston (2013) fornecem alguns elementos para se tomar em consideração:

- O Ministério da Saúde está a apropriar-se do sistema, com dados que estão a ser integrados em outros sistemas nacionais;
- Redução das quebras de stocks na semana 39;
- O website oficial mostra que há um aumento contínuo das taxas de informação nos distritos nos quais a mTrac está a ser implementada, fornecendo dados desagregados, em tempo real, o que não existia anteriormente a nível nacional. Há também um declínio permanente e notável nas taxas de ruptura de stocks de ACTs nas unidades sanitárias activas.

O que sabemos sobre a razão para ter funcionado?

- A melhoria da transparência e responsabilização do sistema de serviços de saúde no país foi estabelecida como uma prioridade nacional do governo nos últimos dois anos (ex., foram realizadas detenções nos distritos onde os funcionários do sector da saúde, médicos privados e farmácias desviavam e medicamentos);
- Desenvolvido como resposta à necessidade básica do Ministério da Saúde, não sendo uma iniciativa imposta externamente ou pelos doadores (Cummins e Huddleston 2013).

7. Auto-avaliação da governação local (SHARIQUE) - Bangladesh – 2007- em curso

Referência(s)

Wilde, A. Narang, S., Laberge, M. and Moretto, L. (2009). A User's Guide to Measuring Local Governance. UNDP Oslo Governance Centre. Disponível online em: <http://www.undp.org/content/dam/aplaws/publication/en/publications/democratic-governance/dg-publications-for-website/a-users-guide-to-measuring-local-governance-/LG%20Guide.pdf> Acedido a 16.05.13

Buchmann, D.C. (2013). Accountability at the Local Level in fragile Contexts: Bangladesh Case Study. IDS Working Paper 419. April 2013. Disponível online em: <http://www.ids.ac.uk/files/dmfile/Wp419.pdf> Acedido a 17.05.13

HELVETAS Swiss Intercooperation Bangladesh (2012). Strengthening Local Governance in Bangladesh: Lessons of Practical Experience. SDC Local Governance Programme – SHARIQUE. Disponível online em: https://assets.helvetas.ch/downloads/sharique_capex_strengthening_local_governance_in_bangladesh__brochure_final_high_reso_1.pdf Acedido a 17.05.13

Veja também:

http://www.swiss-cooperation.admin.ch/bangladesh/en/Home/Local_Governance/SHARIQUE

http://igs-bracu.ac.bd/UserFiles/File/archive_file/SHARIQUE_Keynote_Final.pdf

Objectivos e Reivindicações

De desenvolvimento/democratização/empoderamento dos cidadãos - Educacional/destinado a mobilizar acção e contribuir para um melhor funcionamento da governação nos governos locais (UP) através de consciencialização das pessoas nas comunidades em relação à questão da governação local, dando aos cidadãos a oportunidade de fazer ouvir a sua opinião, influenciando os planos de governação locais (UPs), mobilizando os cidadãos para se tornarem activos a iniciar e apoiar actividades de melhoria da governação local, e usando os resultados como base de referência para a comunidade, os UPs e os projectos.

Quem está envolvido?

- Implementado pela HELVETAS Swiss Intercooperation, que age como facilitador para alcançar os objectivos do projecto;
- Uma série de ONGs do Bangladesh estão envolvidas na implementação do projecto a nível local;
- Financiamento: SDC.

Como funciona?

Exercício realizado através de reuniões de partes interessadas a dois níveis: a nível comunitário, e a nível do UP (governo local).

- Identificar e discutir papéis de diferentes actores no que diz respeito à governação local;
- Identificar questões fundamentais de governação local (questões do lado da demanda e da oferta);
- Os participantes são convidados a discutir estas duas questões:
 - Demanda por boa governação local: quão forte é a participação dos cidadãos no que concerne a governação?
 - Prestação de boa governação local: O governo local funciona bem? Até que ponto?
- Logo que os participantes de cada grupo tenham todos concordado com o que significam as questões e sobre qual seria a situação ideal, eles produzem a sua classificação; individual em relação à situação actual no que respeita a 'questões base de governação';
- Avaliar as questões de governação local;
- Definir prioridades que têm que ser melhoradas;
- Atribuir responsabilidades para dar seguimento aos resultados da avaliação (a nível comunitário) ou elaborar o Plano de Melhoria da Governação Local (a nível do UP);
- Feedback e fecho;
- O resultado é usado como base de referência para a comunidade, a União e os projectos.

Resultados em termos de resposta e empoderamento dos cidadãos

- Melhorias no funcionamento das UPs, incluindo gestão interna, captação de impostos, fornecimento de informação ao público;
- O desempenho da colecta de impostos subiu consideravelmente, para 99% em Rajshani, e 300% nas Uniões Sunamganj;
- Práticas melhoradas para envolver os cidadãos no processo de desenvolvimento do plano anual e do orçamento;

- Os UPs respondem melhor às demandas diversificadas de cidadãos, incluindo integrantes de grupos anteriormente excluídos (ex., os extremamente pobres, minorias étnicas, mulheres). Com UPs (consistindo de mais ou menos 2500 aldeias) aumentaram os seus gastos direccionados aos mais pobres e às mulheres de 0,85% para 14,5%;
- A presença de provedores de serviços públicos (ex., agricultura, pecuária, pesca, saúde primária, planeamento familiar, educação) nas respectivas aldeias aumentou em 300%.

O que sabemos sobre a razão para ter funcionado?

- Funciona tanto do lado da 'demanda' como da 'procura': O mesmo processo de avaliação é levado a cabo tanto ao nível comunitário como ao nível do UP, de modo a facilitar a compreensão de que a governação local não diz apenas respeito ao que o UP faz, mas também ao modo como as pessoas cumprem as suas responsabilidades enquanto cidadãos (Wilde et al 2009);
- A ferramenta LGSA foi expressamente introduzida em forma piloto, e foi modificada durante períodos sucessivos para se tornar tão prática e útil quanto possível. Uma lição chave aprendida a este propósito consiste em restringir as discussões às questões essenciais, dado que muitos cidadãos não têm tempo e entediam-se com reuniões prolongadas. Uma outra lição consiste em colocar o enfoque em aspectos que seja razoável esperar que os representantes dos UP consigam melhorar. (Helvetas 2012);
- A Sharique desenvolveu várias actividades para alcançar populações em contextos física, social e politicamente frágeis, empoderando os actores para tirarem partido destes novos espaços;
- De acordo com Buchmann (2013), o sucesso do modelo da plataforma da Sharique baseou-se na identificação efectiva de actores locais e na sua integração activa e participação nas suas iniciativas. A estratégia de impactar o poder das elites locais trabalhando com elas e não contra elas – aplicando a opção 'co-opt elite' apresentada por Wong (2010) – permitiu que esta iniciativa comesse a surtir efeito. No entanto, esta estratégia pode dificultar o avanço da Sharique do nível de promoção de uma responsabilização suave para o nível de apoio a actividades para uma grande responsabilização (Fox 2007). Para além disso, a estratégia 'co-opt-elite' usada pela Sharique tece uma linha ténue entre ter impacto sobre o poder das elites e as elites capturarem as actividades.

8. Orçamentação participativa em Ilala, Tanzânia – iniciada em 2001, primeiro processo em 2002

Referência(s)

Management Agency Multi Donor Trust Fund (2012). Ethiopia Protection of Basic Services Social Accountability Program: Social Accountability Guide. First Edition. Disponível online em: <http://esap2.org.et/wp-content/uploads/2012/11/SA%20Chapter%201.pdf> Acedido a 07.05.13

Kihongo, R. and Lubuva, J.⁶ (2010). Civic Participation in Policy and Budgetary Processes in Ilala Municipal Council, Tanzania, in McNeil and Malena, C. (eds.). *Demanding Good Governance: Lessons from Social Accountability Initiatives in Africa*. Washington, D.C.: World Bank. Disponível online em: <http://issuu.com/world.bank.publications/docs/9780821383803> Acedido a 15.05.13

Sintomer, Y., Herzberg, C., Allegretti, G. and Röcke, A. (2010). *Learning from the South: Participatory Budgeting Worldwide - an Invitation to Global Cooperation*. Study n25. Bonn: InWEnt gGmbH – Capacity Building International, Germany/ Service Agency Communities in One World.

Shall, A. (2007). *Sub-Saharan Africa's Experience with Participatory Budgeting*, in Shah, A. (eds.). *Participatory Budgeting. Public Sector Governance and Accountability Series*. Washington, D.C.: The World Bank.

Objectivos e Reivindicações

De desenvolvimento/Componente de empoderamento dos cidadãos através de formação, mas não um objectivo mencionado - os orçamentos anuais de desenvolvimento são preparados através de planificação participativa e segundo as necessidades e as prioridades dos membros da comunidade.

Quem está envolvido (como implementadores, financiadores, promotores, utilizadores, etc.)

- Conselho Municipal de Ilala (CMI);
- A formação inclui a administração do CMI, pessoal de extensão, funcionários executivos e representantes de ONGs e OCBs de cada unidade;
- Governo, através do Instituto de Planificação do Desenvolvimento Regional;
- O programa de formação apoiado pelo Instituto de Planificação do Desenvolvimento Regional da Universidade de Estugarda;
- 22 equipas comunitárias de apoio à orçamentação e planificação, consistindo cada equipa de 10 membros (equipas apolíticas, equilibradas em termos de género e inclusivas dos grupos vulneráveis) (Shall 2007: 2002);
- Financiamento: os artigos do Banco Mundial mencionam agências internacionais (incluindo o FMI e o BM).

Como funciona?

Ênfase original na sensibilização de líderes de sub-unidades e consciencialização sobre a orçamentação participativa e o processo de planificação em 2001. Contudo, a primeira tentativa de produção de um orçamento participativo e plano fiscal para o ano de 2002 fracassou e foi abandonada devido a expectativas altas e irrealistas (ex., até 40 milhões de USD em pedidos para despesas de desenvolvimento contra 5 milhões de USD em rendimentos próprios). Para além disso, as prioridades da comunidade não foram claramente articuladas (Kihongo e Lubuva, 2010: 59).

6. NB: John Lubuva é o director municipal do Conselho Municipal de Ilala.

- Em 2002, programa de formação sobre planificação urbana participativa e orçamentação em função das necessidades, com o Instituto para o Planeamento Regional da Universidade de Estugarda;
- Criação de 22 equipas de planificação comunitária e apoio à orçamentação para capacitar comunidades em planificação participativa e habilidades de orçamentação;
- Equipa de gestão do CMI dá às equipas projecções de rendimento e cifras indicativas de quantias disponíveis para uma tomada de decisão participativa;
- Comunidades usam ferramentas de análise ambiental (ex., mapeamento da pobreza);
- Pessoas participam em reuniões públicas e identificam problemas sociais e económicos e possíveis soluções, e classificam e priorizam projectos de desenvolvimento;
- Propostas de projectos são depois submetidas para discussão e aprovação pela divisão do comité de desenvolvimento antes de serem encaminhadas para o conselho;
- Equipa de gestão do conselho compila prioridades classificadas em planos sectoriais e submete-os à comissão permanente do comité para consolidação em orçamento anual municipal e plano de desenvolvimento que o conselho na sua totalidade posteriormente aprova na sua reunião sobre o orçamento.

Resultados em termos de resposta do governo e empoderamento dos cidadãos

Das fontes identificadas, apenas o Banco Mundial tenta analisar os impactos e/ou resultados. Assim, esta secção baseia-se apenas em Kihongo e Lubuva (2010:64-65), e Shall (2007), ambas publicações do Banco Mundial.

- O número de projectos implementados conjuntamente pelo conselho e comunidades aumentou (Shall 2007:214);
- A participação cívica aumentou a sustentabilidade de projectos locais de desenvolvimento. Por exemplo, a construção de projectos de água na área de Ilala em que as comunidades participaram de forma plena na planificação e implementação, e as decisões sobre a definição do preço da água com base em taxas acessíveis para os utentes foram acordadas para o funcionamento e a manutenção, o que contribuiu de forma mensurável para a sustentabilidade do projecto (Kibongo e Lubuva 2010:65);
- Aumento na capacidade das comunidades para analisar e priorizar problemas, e para conceber e executar projectos comunitários. As comunidades também aumentaram a sua habilidade para monitorar e avaliar projectos comunitários durante as fases de análise e implementação (Kibongo e Lubuva 2010:64);
- Melhoria das relações cidadão – governo, com as preocupações comunitárias a serem melhor abordadas, e o aumento da participação de grupos vulneráveis como as mulheres e jovens na tomada de decisões, o que resultou na alocação de recursos do conselho para serviços sociais e para responder às necessidades de emprego desses grupos (Kibongo e Lubuva 2010: 64-65).

O que sabemos sobre a razão para ter funcionado?

Das fontes identificadas, apenas as publicações do Banco Mundial tentam analisar os factores de sucesso. Assim, esta secção baseia-se apenas em Kihongo e Lubuva (2010), e Shall (2007).

- Contexto político e administrativo nacional conducente, contexto económico e social favorável, apoio alargado de uma gama excepcionalmente grande de instituições e processos flexíveis, inovadores e persistentes que alcançaram grande sucesso através da tentativa e erro;
- Conselho Municipal de Ilala adequado à orçamentação participativa: nível de rendimentos mais alto, contexto urbano, experiência anterior e iniciativas participativas;
- Os meios de comunicação foram instrumentais na disseminação de informação pública para criar consciencialização e educar os cidadãos em relação à participação;
- As OCBs contribuíram com informação quantitativa e qualitativa gerada pelas experiências do terreno e pelas habilidades de mobilização e advocacia. (Ver Kibongo e Lubuva (2010), para consultar a análise dos papéis dos vários actores, incluindo o Estado e o sector privado);
- A formação de partes envolvidas significou que a orçamentação participativa se tornou mais realista e as prioridades foram mais claramente identificadas (Shall 2007:220).

9. Orçamentação participativa em Batcham e Ezendouan - Camarões – 2004- em curso

Referência(s)

Sintomer, Y., Herzberg, C., Allegretti, G. and Röcke, A. (2010). Learning from the South: Participatory Budgeting Worldwide - an Invitation to Global Cooperation. Study n25. Bonn: InWEnt gGmbH – Capacity Building International, Germany/ Service Agency Communities in One World.

Nguebou, J.D. (nd. est 2008). Bilan de mise en oeuvre du Budget Participatif au Cameroon. Présentation. Online. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/EXTSOCIALDEVELOPMENT/Resources/244362-1170428243464/3408356-1212676468434/BATCHAM.pdf> Acedido a 20.05.13

Veja também: <http://emploi-jeunes-cameroun.net/actualites/appels-a-candidature-pour-la.html> Acedido a 29.05.13

Objectivos e Reivindicações

De desenvolvimento, democratização e empoderamento dos cidadãos - implementado para ajudar a criar boa governação, e um enfoque nos objectivos de desenvolvimento através da participação de cidadãos nas fases de formulação e implementação do orçamento municipal.

Quem está envolvido?

Em Batcham, em colaboração com a ASSOAL (associação de amantes do livro, uma ONG que ajudou a criar observatórios locais relativamente a compromissos eleitorais).

- A aprendizagem da experiência brasileira com Orçamentação Participativa (OP) ocorreu através da International Alliance of Inhabitantes e a 'Démocratiser Radicalement la Démocracie';
- Formações e workshops assegurados com a cooperação dos municípios brasileiros, a Un-HABITAT, MSP, etc., e igualmente a ONG senegalesa ENDTAM, a Academia de Ciências da África do Sul (ASSAF) e a Transparency International, com co-financiamento do Banco Mundial e algumas agências de cooperação europeias (exemplos citados da Suíça e Alemanha).

Como funciona?

Em Batcham e Ezendouan, inicialmente:

- Organizado o mapeamento social, seguido de uma ampla campanha de informação;
- Formalização de compromissos pelos conselhos municipais;
- Formação de voluntários locais, técnicos e funcionários eleitos;
- A promulgação de um Regulamento Interno para a Orçamentação Participativa marcou a formalização de uma metodologia que mais ou menos adoptou o modelo de Porto Alegre, juntamente com elementos de planificação estratégica participativa.

Ciclo anual:

- Ciclo anual de aldeia / vizinhança / fóruns temáticos: cada ciclo de orçamentação participativa tem lugar essencialmente na segunda metade de cada ano, e termina em Janeiro do ano seguinte;
- Primeira versão de um Plano Local de Desenvolvimento e eleição de delegados dos cidadãos que se reúnem em fóruns ao nível da cidade;
- Monitoria das propostas das pessoas, mesmo durante as fases nas quais as autoridades eleitas têm a tarefa de harmonizá-las com os seus próprios planos orçamentais;
- Monitoria da fase de implementação;
- Utilização de estações de rádio e 'panneaux d'affichage' (quadros públicos de informação).

Resultados em termos de resposta governamental e empoderamento dos cidadãos

- Num país onde cerca de 75% dos recursos municipais são destinados a despesas correntes, estes investimentos foram possíveis tanto pelas poupanças feitas através de uma gestão transparente e parcerias construtivas com os habitantes, quanto pelo aumento da atractividade desta nova experiência participativa para os doadores internacionais;
- Um estudo apresentado na conferência do Banco Mundial em Saly, em 2008, mostrou que nos últimos três anos o orçamento de Batcham subiu em 49%, atraindo até mais 35% de investimentos. As eleições de 2007 levaram a uma mudança do edil de Batcham. O recém-eleito edil, que era um rei tribal, viu a orçamentação participativa como oferecendo um valor acrescentado. O número de participantes em reuniões de tomada de decisões aumentou para 5%, a implementação das obras públicas foi acelerada, e Batcham tornou-se num ponto de referência tanto no país como em toda a África francófona;
- Em 2008, 16 edis da área metropolitana de Yaoundé e vários facilitadores da Rede Urbana de Habitantes participaram num curso nacional sobre orçamentação participativa. Dez cidades pediram apoio para começar a experiência. O Regulamento Interno para a Orçamentação Participativa dos 6 distritos de Yaoundé foi publicado em Abril de 2009, e outros se seguiram. Vinte novos municípios (dos mais de 430 já existentes nos Camarões) estão actualmente (2010) a procurar apoio. A ASSOAL lançou a criação de um Comité Executivo Nacional para a orçamentação participativa onde representantes do Estado podiam reunir-se com os municípios;
- Actualmente (2013) 29 municípios estão envolvidos na OP. Mais de 60 expressaram já a sua intenção de usar a abordagem em 2013;
- Em Batcham, 5% da população participa (pré-OP 0,03 por cento) (Nguebou, n.d.);
- Infra-estruturas criadas: centro multimédia, unidades escolares e hospitalares, estradas e acesso a água;
- Os cidadãos conhecem melhor os seus direitos, empregos foram criados;
- Em 2007 a orçamentação participativa foi tema de campanha eleitoral.

O que sabemos sobre a razão para ter funcionado?

Nenhuma informação encontrada.

10. Orçamentação participativa, programa SAHA – Madagascar – 2008- em curso

Referência(s)

Sintomer, Y., Herzberg, C., Allegretti, G. and Röcke, A. (2010). Learning from the South: Participatory Budgeting Worldwide - an Invitation to Global Cooperation. Study n25. Bonn: InWEnt gGmbH – Capacity Building International, Germany/ Service Agency Communities in One World.

SAHA (2009). Processus budgétaire participatif: note thématique et capitalisation d'expérience. SDC and Inter-Cooperation.

NewsMada (2012). Projet SAHA: le processus budgétaire participatif appliqué dans 50 communes. 26 April 2012. Disponível em: http://www.agriculture.gov.mg/pdf/newsmada_26_avril_BP.pdf Acedido a 20.05.13

Objectivos e reivindicações

De desenvolvimento e democratização - implementado para ajudar a criar boa governação, através da participação de cidadãos nas fases de implementação e formulação do orçamento municipal.

Quem está envolvido?

- Actualmente inscritas 50 'comunas' (News Mada, 2012);
- O programa SAHA (agora uma ONG) desempenhou um papel importante na disseminação das inovações;
- Financiamento: Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação;
- 'Validado' pelo Ministério para a Descentralização;
- Actualmente, o Programa de Governação Local do Banco Mundial está a colaborar com a Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação para aumentar os intercâmbios entre os vários orçamentos participativos malgaxes, e com outras experiências de fora. Foi criada uma rede (Plateforme Nationale sur la Rédevabilité Sociale), que está a discutir um 'padrão de qualidade de serviço' que poderá ajudar a garantir melhores resultados.

Como funciona?

No município de Ambalavao:

- Formação dos chefes de aldeia e funcionários do município,
- Preparação do orçamento: Em Agosto, os chefes de aldeia reúnem pessoas em assembleias gerais para identificar as necessidades prioritárias. A convocatória para a assembleia é publicada, nomeadamente nos painéis oficiais públicos. As pessoas são também encorajadas a visitar o presidente do conselho no seu gabinete para feedback/sugestões;
- Em Setembro, representantes do Estado, membros do Conselho Municipal (oficiais, eleitos), e chefes de aldeia reúnem-se e colocam em conjunto as necessidades exprimidas pelos cidadãos;
- A adopção do orçamento: o orçamento é depois enviado aos membros do Conselho Municipal, durante 10 dias os membros comentam e criticam e, finalmente, adoptam-no. Uma vez que os membros do Conselho Municipal já participaram nas primeiras fases da preparação, trata-se de um processo directo. NB: os projectos prioritários têm que estar alinhados com o Plano de Desenvolvimento Municipal (Plan Communal de Développement);
- Supervisão e monitoria: os membros do conselho visitam os locais de trabalho para verificarem os projectos. O orçamento final é também publicado nos painéis oficiais públicos em cada aldeia. Os cidadãos têm também acesso à informação sobre a actividade da aldeia, actividades executivas e actividade do Conselho Municipal. É anualmente impressa uma publicação para comunicar os projectos municipais e alocações orçamentais. Finalmente, durante o dia nacional (26 de Junho) quando 80% da população se reúne, o edil faz um discurso para informar as pessoas sobre o uso do orçamento e as realizações do 1.º semestre (SAHA 2009).

Resultados em termos de resposta do governo e empoderamento dos cidadãos

- Desde 2006, apesar das mudanças políticas, tem havido um crescimento qualitativo na organização de um sistema que tenta envolver as pessoas a nível das aldeias. O município de Ambalavao conseguiu aumentar a contribuição orçamental dos impostos locais sobre a terra de 8% para 52%. Envolveu também várias comunidades de aldeias na prestação de serviços e implementação de obras públicas (Sintomer et al 2010);
- Melhorias na comunicação: publicação dos salários dos edis, e aumento do uso de metodologias orais e de vídeo para ajudar as pessoas analfabetas a envolverem-se no processo (Sintomer et al. 2010).

O que sabemos sobre a razão para ter funcionado?

- Processos validados pelo Ministério da Descentralização;
- Varias reuniões com o objectivo de partilhar experiências a vários níveis;
- Inclusão do Estado e de representantes locais;
- Desenvolvimento de um conjunto de ferramentas para os facilitadores do processo;
- Foi produzido um filme 'La redevabilité sociale' (responsabilização social) contando a história do OP numa CR (veja: <http://www.saha-mg.org/video/la-redevabilite-sociale>);
- O quadro da descentralização foi clarificado por lei em 1995.

11. Identificação de orçamentos para a educação a nível local para advocacia a nível nacional no Malawi (CSCQBE) – CSCQBE formado em 2000 INICIATIVA DE PRIMEIRA CATEGORIA

Referência(s)

Management Agency Multi Donor Trust Fund (2012). Ethiopia Protection of Basic Services Social Accountability Program: Social Accountability Guide. First Edition. Online. Disponível em: <http://esap2.org.et/wp-content/uploads/2012/11/SA%20Chapter%201.pdf> Acedido a 07.05.13

Joshi, A. (2012). Do They Work? Assessing the Impact of Transparency and Accountability Initiatives in Service Delivery. Development Policy Review. Online. Disponível em: http://r4d.dfid.gov.uk/PDF/Outputs/Mis_SPC/60827_DPRJoshi_Preprint.pdf Acedido a 07.05.13*

McNeil, M. and Mumvuma, T., (2006). Demanding Good Governance: A Stocktaking of Social Accountability Initiatives by Civil Society in Anglophone Africa. Washington, D.C.: World Bank Institute.

James, R. with Cadeco, C.M. (2006). The Rise and Pitfalls of Civil Society Networks in Malawi. International NGO Training and Research Centre. Online. Disponível em: <http://www.intrac.org/data/files/resources/253/The-Rise-and-Pitfalls-of-Civil-Society-Networks-in-Malawi.pdf> Acedido a 15.05.13

CEF (2011). Making the Budget Work for Education: Experiences, achievements and lessons from civil society budget work. Online. Disponível em: http://internationalbudget.org/wp-content/uploads/2011/01/Making_the_Budget_Work_for_Education.pdf Acedido a 29.05.13*

Objectivos e reivindicações

De desenvolvimento - o objectivo da coligação é aumentar a advocacia e monitoria das organizações da sociedade civil para uma educação primária gratuita, com enfoque na qualidade e não apenas acesso a educação.

Quem está envolvido?

- Coligação informal CSCQBE formada em 2000 por OCBs com um mandato para operar na área da educação;
- Consiste actualmente de cerca de 75 OCBs locais, nacionais e internacionais, e aproximadamente 20 redes distritais de educação;
- Redes distritais de educação criadas em conjunto com funcionários oficiais da educação e partes envolvidas de comités de administração de escolas, associações de pais e professores, e outros;
- Trabalhou com o Sindicato dos professores do Malawi para fazer lobbies junto do ministério da educação;
- Algum financiamento provém das quotas dos membros;
- Parceiros doadores: Campanha Africana de Educação para Todos, Instituto Africano para a Democracia, UNICEF, DFID, Campanha Global para a Educação, Irish Aid, Trocaire, Open Budget Initiative;
- Os 'parceiros de trabalho estratégicos' incluem a CIDA, UNESCO, USAID, OXFAM, GB e o Governo do Malawi;
- Veja: <http://www.cscqbe.org/partners.html>

Como funciona?

Embora o enfoque inicial da coligação tenha sido a educação primária gratuita, por volta de 2002 aquela tinha incorporado o trabalho do orçamento como uma parte central da sua monitoria das políticas e compromissos financeiros do governo. A coligação apercebeu-se durante a parte inicial do seu trabalho que não bastava advogar sobre questões de políticas. Deveriam também envolver-se com o governo acerca do orçamento anual, pois isso influencia a concepção e implementação de políticas.

A coligação começou o seu trabalho sobre o orçamento a nível nacional, para a compreender a política e os processos do orçamento. A abordagem de trabalho da coligação sobre o orçamento focalizou-se em pesquisa e advocacia. A pesquisa usou uma análise pré-orçamental, análise pós-orçamental, e conduziu uma monitoria de desempenho e do orçamento anual escolar.

- Capacitação de redes distritais de educação;
- O processo de monitoria do desempenho e do orçamento escolar anual identifica os recursos orçamentais e o programa de implementação a nível distrital;

- O secretariado da coligação desenvolveu um questionário padrão para os voluntários das redes distritais de educação usarem em entrevistas cara a cara envolvendo as escolas, comités de administração e representantes das escolas, administradores distritais da educação, funcionários executivos da assembleia distrital, professores principais das faculdades de formação de professores, e gestores de unidades de provisionamento;
- As constatações do inquérito anual foram partilhadas com o Ministério da Educação, Ministério das Finanças e os parceiros de desenvolvimento;
- As constatações foram disseminadas entre o comité de finanças e orçamento, o comité da educação, e associações de pais e professores e comités de gestão das escolas.

Resultados em termos de resposta do governo e empoderamento dos cidadãos

- Evidências de má alocação de fundos;
- Foi usada com sucesso a informação do inquérito PETS para resistir ao fecho de faculdades de formação de professores, conseguir que os salários dos professores fossem pagos a tempo, e fazer alocações orçamentais para estudantes com necessidades especiais (Joshi 2012);
- O Sindicato e a Coligação conseguiram com sucesso fazer lobbying junto do Ministério da Educação; e todos os professores receberam salários e outros pagamentos em atraso;
- Aumento da fatia do orçamento para o sector da educação;
- Em 2004 o governo começou a conduzir o seu próprio inquérito de identificação, na sequência do sucesso da CSQBE. (Joshi 2012);
- O trabalho com a CSQBE fez com o governo esboçasse e aprovasse o plano 'Educação para todos' (EFA);
- O compromisso do governo com o protocolo EFA, de Dakar, 2000, tinha estagnado mas, encorajado pelo governo, em Julho de 2005 a CSQBE facilitou workshops para revitalizar o processo. Isto culminou no plano aprovado que recebeu 80 milhões de dólares de diversos financiamentos, em Outubro de 2005;
- A CSQBE advogou também a favor de políticas de educação mais alargadas. Trabalham com comités técnicos como o EFA para assessorar o Ministério da Educação relativamente a estratégias e planos para o alcance dos objectivos EFA. Para além disso, a CSQBE respondeu a questões emergentes, tais como o questionamento de cifras publicadas pelo governo sobre a taxa de aprovação nos exames. Nos últimos anos, as redes de OCBs asseguraram que uma opinião alternativa à do governo fosse ouvida.

O que sabemos sobre a razão para ter funcionado?

- Alcance alargado da coligação aos níveis distrital e nacional;
- A informação recolhida pelas redes distritais de educação foi usada para estas desenvolverem as suas próprias iniciativas;
- Envolvimento nos processos de orçamentação distritais e nacionais através de análises e monitoria pré-orçamento e pós-orçamento, e interligação entre ambos para assegurar um máximo de impacto;
- Fortes evidências baseadas na pesquisa;
- Recomendações para realizar este tipo de trabalho (para recomendações detalhadas, referir a CEF 2011):
 - Usar a pesquisa para influenciar os processos nacionais de orçamentação;
 - Estabelecer redes de educação distrital;
 - Capacitar as redes distritais de educação;
 - Desenvolver ferramentas de pesquisa e de trabalho no terreno;
 - Envolver-se com partes interessadas aos níveis nacional e distrital.

12. Monitoria do Orçamento – Gana – 2007-2010 INICIATIVA DE PRIMEIRA CATEGORIA

Referência(s)

Dogbe, T. and Kwabena-Adade, J. (2012). Ghana: Budget Monitoring by SEND-Ghana and its Partners Helps Improve Nutrition for Children and Support Local Farmers. Study 9, September 2012. International Budget Partnership. Online. Disponível em: <http://internationalbudget.org/wp-content/uploads/Long-Final-SEND-case-study-English.pdf> Acedido a 06.05.13 *

NB: A Plan Ghana, em colaboração com a Integrated Social Development Centre (ISODEC), tem também um programa de monitoria orçamental no Gana, com enfoque nos jovens: Youth Budget Advocacy Group (Y-BAG). Para mais informações, veja:

Bani-Afudego, C., Cobinah Yorke, G. and Ablavi Koudoh, A. (2011). Seeing from our perspectives: youth budget advocacy in Ghana, in IIED (eds.). Young citizens: youth and participatory governance in Africa. Participatory Learning and Action 64. London: iied.

Also example from ISODEC: <http://www.isodec.org.gh/publications/Newsletter%20August%202010.pdf>

Article on Plan Ghana on Y-BAGUM (other district): <https://plan-international.org/where-we-work/africa/ghana/about-plan/news/youth-budget-advocacy-group-keeping-the-district-assembly-on-its-toes>

Objectivos e Reivindicações

De desenvolvimento - monitoria do Programa Alimentação Escolar no Gana (GSFP).

Quem está envolvido?

- Fundação Social Enterprise Development (SEND-Gana), uma das parceiras do IBP. SEND-Gana, o braço direito da organização regional SEND West Africa, é uma OCB fundada em 1998, inicialmente como uma organização de serviços no norte do Gana;
- Secretariado Nacional do GSFP;
- Actores da sociedade civil (OCBs focais, indivíduos provenientes das partes envolvidas ou grupos de interesse).

Como funciona?

- Assinou um memorando de entendimento (MdE) com o secretariado do Programa Alimentar Escolar do Gana;
- Mobilizou os actores da sociedade civil aos níveis distrital, regional e nacional;
- Assinou um MdE com OCBs focais e parceiros-chave do PM&E;
- Implementou um modelo experimentado-e-testado (o quadro do PM&E), que consistiu nas seguintes quatro fases:
 - Sensibilizar pessoas para dar a conhecer e interessar-se pelo programa;
 - Conduzir pesquisa participativa – recolha de evidências qualitativas e quantitativas sobre o provimento de infra-estruturas e serviços/ implementação;
 - Levar a cabo uma advocacia usando evidências recolhidas para envolver as autoridades ou quem de direito aos níveis distrital, regional e nacional do governo; e
 - Seguimento de compromissos assumidos por quem de direito a diferentes níveis do governo para assegurar que aqueles foram cumpridos.

- Implementou uma estratégia de multimédia deliberada e contínua que incluía newsletters semestrais, rádio comunitária, lançamento do relatório PM&E através de uma campanha prolongada de media, e informações sobre políticas para os MPs, etc.;
- Informação recolhida do exercício de promoção de melhorias no programa com assembleias distritais e funcionários dos ministérios colaboradores, departamentos e agências aos níveis nacional, regional e distrital, mas também através mediados meios de comunicação.

Resultados em termos de resposta do governo e empoderamento dos cidadãos

- Melhoria na prestação de serviços: como resultado desta campanha, as agências de implementação do GSFP e os actores de programas chave dentro das comunidades foram levados a melhorar a prestação de serviços, incluindo a provisão de: infra-estruturas básicas (ex., fontes seguras e higiénicas de água potável, infra-estruturas sanitárias, urinóis com condições para a lavagem de mãos, e material de cozinha adequado); serviços agrícolas (tais como a compra directa de alimentos à comunidade / agricultores distritais, serviços de extensão, fornecimento de insumos agrícolas, e a organização dos camponeses em associações); serviços de saúde (ex., formação de cozinheiros em higiene e nutrição, educação sanitária para alunos, tais como medição do índice de massa corporal e desparasitação); e serviços de educação (ex., apoio para os pais para que pudessem supervisionar a educação dos seus filhos, professores adequados, stock adequado de livros escolares, disponibilidade de equipamento para actividade extracurriculares, e a anotação e fecho diários dos registos escolares;
- Adicionalmente, o público, especialmente a nível local, foi melhor informado sobre o GSFP e tornou-se mais capaz de participar na monitoria do programa – e pedir responsabilização das instituições que o implementam;
- A SEND-Gana usou a informação recolhida através deste exercício de monitoria para promover melhorias no programa com as assembleias distritais e funcionários dos ministérios a colaborar, departamentos, e agências, directamente a nível nacional, regional e distrital, mas também indirectamente através mediados órgãos de comunicação.

O que sabemos sobre a razão para ter funcionado?

- Quadro PM&En (usado para a iniciativa) incorpora mobilização, capacitação, educação sobre a intervenção, pesquisa participativa, advocacia e follow-up;
- Boa estratégia de media;
- MdE com o governo, significando que tinha apoio oficial, o que ajudou no acesso a informação orçamental necessária;
- Criação dos sistemas de retro informação para analisar credibilidade criada;
- Factores externos: contexto de suspeita de má gestão do financiamento por parte do governo holandês, financiador no programa.

13. Sistema de monitoria da educação pré-primária (BRAC) – Bangladesh – 2006- em curso (na sua forma actual)

Referência(s)

Akhter, M. and Chaudhuri, J. (2013). Real Time Monitoring for the Most Vulnerable: Pre-Primary Education in Bangladesh. IDS Bulletin, 44(2):97-112.

Akhter, M., Chaudhuri, J., Ahamed, S. and Greeley, M. (2012). Bangladesh Country Report Pre-Primary Education Monitoring. Real Time Monitoring for the Most Vulnerable. Online. Disponível em: <http://real-time-monitoring.org/wp-content/uploads/2013/05/RTMMV-Bangladesh-Country-Report.pdf> Acedido a 29.05.13

Veja também o website do BRAC: http://education.brac.net/index.php?option=com_content&view=article&id=172&Itemid=819

Objectivos e Reivindicações

De desenvolvimento - a meta é melhorar a qualidade do programa de educação BRAC através de monitoria em tempo real (BEP)

Como funciona?

- Duas componentes de monitoria durante o ano escolar; uma análise de inputs escolares no início do ano (selecção de aprendentes, selecção de professores, saneamento, ambiente e materiais – lista de verificação revalidada anualmente) e monitoria de rotina feita ao longo do ano escolar;
- Exercício de amostragem aleatória para identificar qualidade e resultados;
- Monitoria de aprendizagem intra-sala de aulas, resultados da aprendizagem – cada mês pelo menos quatro ramos são cobertos na amostragem;
- Escolas escolhidas são visitadas pelo monitor, que observa o comportamento da sala e as interações estudante-professor, tomando notas. Em seguida, o professor testa os alunos na sala. O monitor faz perguntas ao acaso às crianças e marca as respostas, etc.;
- Dados usados por uma variedade de actores dentro e fora do BRAC: alguns exemplos de Mult-Reporting com base em dados de monitoria incluem os seguintes: (i) em Dezembro há um relatório de final de ano no qual todas as escolas recebem uma responsabilização total tendo em conta apenas questões de assiduidade; (ii) um Relatório Semestral produzido para o UNICEF; (iii) feedback directo dos monitores para os professores, que também inclui o registo das experiências dos professores (i.e., anos de formação, etc.); e (iv) um Plano de Acção, que é decidido na reunião semanal e determina se há necessidade de uma visita de follow-up e quaisquer outros regressos futuros;

- Os dados locais são mantidos localmente para correcção imediata (i.e., formação de professores ou follow-up de uma criança ausente). A resposta local é imediata uma vez que o pessoal do programa é informado sobre as constatações no final de cada visita de monitoria;
- O administrador da representação local usa a informação da monitoria para implementar mudanças nas escolas locais. A partir de Dhaka, o pessoal do programa pode agregar todos os dados de monitoria para ver se os objectivos do programa estão a ser alcançados a nível nacional. Os monitores da Garantia de Qualidade recolhem depois a sua própria informação para verificar os dados dos monitores de rotina. Para além disso, o RED (Research and Evaluation Department) usa também a informação para conduzir uma avaliação independente e outras iniciativas de pesquisa. Os múltiplos utilizadores da monitoria fornecem informação de um caso modelo sobre como a recolha dos dados de rotina pode ser útil para vários fins;
- Habitualmente, os professores e o pessoal de representação local têm acesso às constatações da monitoria dentro de um ou dois dias. Os administradores regionais e de área e os Especialistas de Garantia de Qualidade recebem as constatações dentro de uma semana, e os outros gestores do programa dentro de um mês. A gestão da informação ao longo do sistema assegura uma acção atempada e ajuda a administração a melhorar o desempenho e a alcançar resultados;
- Monitores independentes são aleatoriamente incumbidos de verificar uma área e monitorá-la para assegurar qualidade e rigor;
- Futuros planos antecipam que os monitores introduzem os dados num computador localizado no escritório da representação local, para enviar ao gabinete central de imediato, e agregá-los rapidamente.

NB: A amostragem aleatória permite a monitoria de um programa de larga escala sem comprometer demasiado os recursos, e mostra que as TICs não são um ingrediente necessário de uma monitoria em 'tempo real'.

Quem está envolvido?

- Operado pela BRAC (BRAC é a maior ONG do mundo e tem sido pioneira de avanços em muitos campos relacionados com o desenvolvimento do Bangladesh, com um enfoque forte no género e na redução da pobreza);
- Monitoria conduzida por 'monitores';
- Apoiado pelo UNICEF Bangladesh.

Resultados em termos de resposta do governo e empoderamento dos cidadãos

N/A: Destinada a melhorar resposta da própria BRAC como provedor-chave de educação, e não a do governo.

- A BRAC desenvolveu este sistema organicamente ao longo do tempo, com base na estrutura do programa já existente;
- O exemplo da BRAC demonstra que a monitoria de rotina dos resultados, em tempo real, é possível se existirem alguns factores favorecedores, nomeadamente, intenção e estrutura organizacionais e capacidade em termos de recursos humanos.

NB: É questionável se uma ONG mais pequena e limitada em termos de recursos conseguiria levar a cabo um sistema de monitoria semelhante, com este grau de complexidade e objectivos múltiplos.

14. Grupo de advocacia da sociedade civil para o orçamento (CS-BAG) – Uganda – formado em 2004

Referência(s)

Management Agency Multi Donor Trust Fund (2012). Ethiopia Protection of Basic Services Social Accountability Program: Social Accountability Guide. First Edition. Online. Disponível em: <http://esap2.org.et/wp-content/uploads/2012/11/SA%20Chapter%201.pdf> Acedido a 07.05.13

CSBAG (2012). Annual Report 2012. CS-BAG. Online. Disponível em: <http://csbag.org/docs/CSBAG%20ANNUAL%20REPORT.pdf> Acedido a 30.05.13

CSBAG (2008). Position Paper on the National Budget Framework Paper for Fiscal Year 2008/09, Kampala, Uganda.

Objectivos e reivindicações

De desenvolvimento e democratização - o governo adoptou uma política de descentralização para assegurar que os serviços fossem prestados às pessoas com eficácia e eficiência, transferindo funções e financiamentos para o nível distrital. As organizações da sociedade civil estavam preocupadas em relação ao desvio de fundos e pretendiam exercer um papel de monitoria.

Quem está envolvido?

- Formado em 2004 pela Rede do Uganda para a Dívida (UDN), o Fórum Nacional das ONGs do Uganda, o Fórum Mulheres e Democracia (FOWODE) e a Oxfam GB no Uganda;
- Esta parceria abrange tanto indivíduos como organizações, incluindo: FOWOSW, UDN, ACODE, DRT, Action Aid, Jenga Africa, WEGCDA, AGHA, ACTADE, Water Aid, UNNGOF, CEDOVIP, PELUM, Environment Alert, VEDCO, DENIVA, ACTV, CEEWA U, DSW, UWONET e ACCU

(Lista completamente actualizada aqui: <http://csbag.org/about.html>);

- Financiamento: Trocaire, Action Aid Uganda, Water aid (referida no Relatório Anual).

Como funciona?

- Uso de estratégias-chave de análise e advocacia para influenciar políticas e processos orçamentais.

Em 2012 as actividades incluíram:

- Proposta de orçamentos alternativos;
- Reuniões do CS-BAG pré/pós orçamento sobre questões orçamentais;
- Análise do discurso orçamental, publicado em estações de rádio;
- Diálogo sobre orçamentação pré/pós orçamento público entre o CS-BAG e representantes de OCBs, funcionários do governo, Academia, estudantes, parlamentares e o público em geral. Através de diálogos, o público recebeu feedback do Ministério das Finanças mediante posições e justificações para as suas áreas prioritárias;
- Advocacia de orçamento dirigida aos meios de comunicação: foi organizada uma campanha de advocacia dirigida aos media para uma análise pré e pós-orçamento, com o objectivo de publicitar e aumentar o debate sobre áreas críticas;
- Desenvolvimento de capacidades: formação para fornecer habilidades-chave em orçamentação e identificação de recursos;
- Criar parcerias e alianças;
- Gerar evidências para advocacia: por exemplo, a CS-BAG encomendou um estudo sobre o desempenho da agricultura no Uganda para usar em advocacia ao relacionar-se com os fazedores de políticas.

Resultados em termos de resposta do governo e empoderamento dos cidadãos

De acordo com o relatório anual de 2012 da CS-BAG:

- O relatório anual lista algumas das realizações em termos de impacto: formação de formadores, workshops, publicação de artigos, etc.;
- 6% de aumento no orçamento do sector da saúde;
- Demanda superior de responsabilização pelo governo e público em relação ao dinheiro dos pensionistas;
- Grande aumento no orçamento para a agricultura;

- Exemplo: os relatórios de monitoria do orçamento para as crianças seriam disseminados aos níveis sub-distrital, distrital e nacional através de várias plataformas com diversas partes envolvidas. A nível nacional, as crianças apresentaram os seus relatórios ao Ministério da Educação e Desportos. Isto tornou-se agora num workshop de disseminação nacional com o Ministério da Educação e Desportos.
- O relatório de monitoria do orçamento relatou corrupção, suborno, apropriação indevida de fundos e abuso em escolas, perpetrados por adultos contra as crianças. Num dos casos, um professor chefe tentou mesmo subornar as crianças com dinheiro para não reportarem as suas actividades corruptas. As crianças levaram o dinheiro pago pelo professor e fizeram queixa dele e das suas actividades corruptas na escola (Management Agency Multi Donor Trust Fund, 2012);
- Um dos principais sucessos dos monitores do orçamento para as crianças foi o facto de as suas recomendações para melhorias nas escolas terem sido publicadas anualmente na análise do sector da educação, realizada pelo ministério.

O que sabemos sobre a razão para ter funcionado?

- Uma vez que a iniciativa foi fundada pela UDN, eles terão começado com a vantagem de uma reputação e uma rede de contactos já estabelecidas. Aparentemente, mantêm também boas conexões com os agentes do governo e Parlamento.

15. Auditorias Sociais no Fundo de Desenvolvimento do Círculo Eleitoral do Quénia – Quénia – 2005- em curso

Referência(s)

Management Agency Multi Donor Trust Fund (2012). Ethiopia Protection of Basic Services Social Accountability Program: Social Accountability Guide. First Edition. Online. Disponível em: <http://esap2.org.et/wp-content/uploads/2012/11/SA%20Chapter%201.pdf> Acedido a 07.05.13

Ramkumar, V. and Kidambi, S. (2008). "Twataka Pesa Zetu" (We Want Our Money): A Public Budget Hearing in Kenya. Online. Disponível em: <http://muhuri.org/images/stories/twatakapesazetu.pdf> Acedido a 15.05.13

IBP (N.D. estimation 2008). Social Audits in Kenya: Budget Transparency and Accountability. Online. Disponível em <http://internationalbudget.org/wp-content/uploads/Impact-Story-Kenya-English.pdf> Acedido a 07.05.13

Website oficial: muhuri.org

Objectivos e Reivindicações

De desenvolvimento / empoderamento dos cidadãos à Pretende monitorar as despesas dos fundos de desenvolvimento do círculo eleitoral.

Antecedentes: O Fundo de Desenvolvimento do Círculo Eleitoral (CFD), criado pelo governo, provê a cada Membro do Parlamento (MP) no Quênia aproximadamente 1 milhão de dólares por ano para apoiar projectos de desenvolvimento no seu círculo eleitoral. O CDF tem sido considerado mais eficaz na prestação de ajuda de desenvolvimento do que os tradicionais ministérios da área e tem sido bem acolhido pelas comunidades locais anteriormente marginalizadas. Contudo, o fundo tem sido também amaldiçoado por alegações de corrupção, fraude, nepotismo, má planificação na selecção de projectos, e problemas na monitoria e supervisão.

Quem está envolvido?

- A Muslims for Human Rights (MUHURI), uma organização não-governamental com sede em Mombaça, apoiada por assistência internacional. A MUHURI foi fundada em 1997 e é acolhida legalmente pela Comissão para os Direitos Humanos no Quênia (KHRC). A MUHURI é chefiada por um Conselho de Directores (BOD) que representa diferentes sectores das comunidades costeiras. Especificamente, o BOD é composto por representantes dos sectores religioso, da mulher, juventude, político e legal;
- Assistência do International Budget Project (IBP) e da Mazdoor Kisan Shajti Sangathan (MKSS), que foi pioneira no desenvolvimento de audiências públicas sobre o orçamento no Estado de Rajasthan na Índia;
- Subsídio da Open Society Initiative of East Africa (OSIEA);
- Formação de participantes provenientes de 15 organizações.

Como funciona?

Preparação:

- Durante os primeiros dois anos dos seus esforços de monitoria, a MUHURI teve dificuldades em obter acesso aos registos CFD. Como resultado, as actividades do grupo estavam limitadas à consciencialização sobre o mecanismo CDF nas comunidades locais. Em 2007, a organização conseguiu obter registos CDF de dois círculos eleitorais parlamentares e, subsequentemente, usou os registos para conduzir duas auditorias sociais – uma em Agosto de 2007, em Changamwe, e a outra em Julho de 2008, no Bahari;
- O pessoal da IBP e da MKSS apoiou a MUHURI na organização de uma auditoria pública especificamente para aplicar a responsabilização de funcionários responsáveis pela execução de projectos públicos financiados pelo CDF;
- Em Agosto de 2007, a MUHURI organizou uma formação a nível nacional e a preparação de uma audiência pública patrocinada por um subsídio da OSIEA, e com a participação de 60 pessoas. Durante este longo evento de uma semana, os membros da IBP e da MKSS realizaram um programa de formação abrangente sobre a gestão do CDF e sobre metodologias que poderiam ser usadas para monitorar projectos e despesas do CDF. Os participantes trabalharam então sobre documentos de projecto que lhes foram fornecidos e prepararam resumos usando formatos que poderiam ser facilmente compreendidos. Esses resumos simplificados foram subsequentemente usados em discussões na audiência pública. Finalmente, os participantes organizaram a audiência pública no culminar da sua formação.

Ciclo social de auditorias:

- Recepção de registos do CDF sobre projectos;
- Análises;
- Processos de verificação;
- Reunião com os residentes, que foram convidados para analisar / comentar;
- Compilação de folhas de resumo;
- Audiência pública.

Resultados em termos de resposta do governo e empoderamento de cidadãos

- Todos os relatórios de visitas aos locais foram partilhados numa audiência pública com aproximadamente 1,500 membros da comunidade, incluindo residentes, funcionários do fundo de desenvolvimento do círculo eleitoral, MPs e os órgãos de comunicação. A audiência foi animada, o público foi capaz de partilhar as suas constatações e fazer perguntas sobre assuntos relacionados com a prestação de serviços públicos;
- Os funcionários conseguiram responder a algumas perguntas colocadas e assumiram o compromisso de lidar com as preocupações que não pudessem ser resolvidas imediatamente. No final da audiência, o MP (do círculo eleitoral de Changamwe) assinou uma petição com o público pedindo que mais medidas de responsabilização e de transparência fossem incluídas na sessão do CDF e na lei de Liberdade de Informação;
- Visto que 2007 era um ano eleitoral, a maioria dos MP perdeu os seus assentos, mas o MP de Changamwe foi reeleito. Durante a campanha, ele usou a Auditoria Social e a audiência pública como exemplo do seu trabalho, afirmando ser o MP mais transparente. Apesar da Auditoria Social ter revelado vários desafios para os projectos do CDF, o facto de o MP ter aberto os seus livros para escrutínio público ajudou a que recebesse o apoio do seu círculo eleitoral (IBP 2008).

O que sabemos sobre a razão para ter funcionado?

- Através do apoio internacional a MUHURI conseguiu aprender e aumentar a sua capacidade em Auditoria Social no Estado de Rajasthan, na Índia (ver 'quem');
- Contexto: Em 2007, ano eleitoral, o MUHURI conseguiu convencer um MP do círculo eleitoral de Changamwe a partilhar os seus registos de fundos de desenvolvimento do círculo com o argumento de que seria o primeiro a revelar publicamente esta informação;
- Uso de 'campeões' – agentes reformistas dentro do governo. Num artigo síntese de constatações de mais de 150 estudos de caso sobre o envolvimento dos cidadãos, a Citizenship DRC constatou que a força de 'campeões' internos era um dos 6 factores que poderiam afectar o sucesso das estratégias de envolvimento dos cidadãos (sendo

os remanescentes: capacidade prévia dos cidadãos, contexto político e institucional, localização do poder e tomada de decisão, história e estilo de envolvimento, e natureza da questão). Estas constatações revolveram em torno do reconhecimento de que não se pode esperar que todo o governo apoie a causa dos cidadãos e que, assim, “A presença de funcionários influentes comprometidos em manter a porta aberta para os cidadãos, expande significativamente o que pode ser alcançado através do envolvimento dos cidadãos”. (Citizendhip DRC 2001:41).

NB: Uma importante consideração no que concerne a aplicabilidade consiste no facto de Moçambique ter o seu próprio equivalente aos CDFs – o ‘Orçamento de Investimento de Iniciativa Local’ (OIIL) ou o fundo dos “Sete milhões de meticais”. O OIIL parece padecer de problemas semelhantes, e mesmo as receitas recolhidas localmente não são controladas” (Trocaire 2010). Veja:

World Bank (2011). Mozambique: Analysis of Public Expenditure in Agriculture. Washington, D.C.: The World Bank. Online. Disponível em: http://fsg.afre.msu.edu/mozambique/caadp/WB_MZ%20AgPER%20Vol-I%20and%20Annexes%20FINAL.pdf Acedido a 10.06.13

Trocaire (2010). Aid and Budget Transparency in Mozambique: Constraints for Civil Society, the parliament and the Government. Informal Governance Group and Alliance 2015. Online. Disponível em: http://www.trocaire.org/sites/trocaire/files/pdfs/policy/Aid_Budget_Transparency_in_Moz.pdf Acedido a 10.06.13

Sobre o programa da Trocaire, veja:

NEF (2008). Mozambique. Online. Disponível em: http://www.pluggingtheleaks.org/communities_taking_action/mozambique.htm Acedido a 10.06.13

16. Auditoria Social Participativa (com jovens) – Quénia – 2009- em curso

Referência(s)

Mwawashe, K.M. (2011). Youth as drivers of accountability: conducting a youth social audit, in IIED (eds.). Young citizens: youth and participatory governance in Africa. Participatory Learning and Action 64. London: iied.

Veja também o Blog de Linda Raftree – Plan USA: <http://lindaraftree.com/2012/02/27/icts-social-media-local-government-and-youth-led-social-audits/>

Objectivos e Reivindicações

De desenvolvimento e democratização, também componente de empoderamento à O objectivo é os gestores do financiamento do governo partilharem informação sobre fundos públicos destinados a projectos e serviços comunitários, e aumentar a responsabilidade social a nível comunitário.

Quem está envolvido?

- Plan UK (programa de governação);
- Jovens mobilizados formando equipas de auditoria;
- Esperada participação de funcionários do Estado / gestores de fundos.

Como funciona?

- O processo começa por dar ao público acesso a informação sobre recursos governamentais alocados a projectos públicos comunitários e serviços básicos;
- Os jovens mobilizam então os seus pares (organização por pares);
- Os jovens reúnem-se para formar equipas de auditoria social (equilibradas em termos de género e incorporando outros grupos sociais marginalizados);
- As equipas de auditoria social fazem uma reflexão conjunta sobre a tecnologia apropriada a usar para a auditoria, e desenvolvem fichas de avaliação (scorecard) capturando os seus critérios individuais e colectivos de pontuação segundo os níveis de satisfação;
- Pede-se depois aos gestores de fundos que forneçam documentos financeiros de projectos para verificação pela equipa;
- Algumas discussões em grupos focais e entrevistas com informantes-chave foram também realizadas para envolver e/ou captar informação adicional para triangulação e validação de factos;
- Equipas de auditoria social reunidas, reflectiram sobre e debateram as observações principais e os aspectos que surgiram do processo;
- Preparação de um relatório sobre boas-práticas que foram observadas e os aspectos que necessitavam de mais clarificação e melhorias;
- Reunião de feedback realizada entre as partes envolvidas e as comunidades beneficiárias e os jovens;
- Contrato social na forma de um plano de acção, baseado no detalhe de como o serviço ou mecanismo poderia ser melhorado;
- Processo de negociação para mudança e acções resultantes.

Resultados em termos de resposta do governo e empoderamento dos cidadãos

- Exemplo de projecto de construção de uma sala de aulas na escola secundária de Moyeni, no distrito de Kwale: o trabalho realizado não cumpriu as especificações. Apesar de ser sido emitido um certificado de conclusão, a auditoria encontrou rachas no chão, e janelas e portas mal encaixadas. O exercício gerou um plano de acção que exigia que o empreiteiro repetisse toda a obra, o que foi feito.

O que sabemos sobre a razão para ter funcionado?

- Regra geral, os jovens identificaram-se como estudantes pretendendo aprender mais sobre os projectos, em vez de se apresentarem como auditores sociais. Eles fizeram isso porque no primeiro encontro, a 'auditoria social' é muitas vezes assumida como uma tentativa de politizar os cidadãos contra os funcionários públicos ou os líderes. À medida que o processo de auditoria social progride, as más interpretações são corrigidas e, frequentemente, o apoio dos agentes do governo verifica-se pouco tempo depois.

17. Uganda Participação comunitária e empoderamento da rede Uganda Debt – Uganda – formada em 1996 INICIATIVA DE PRIMEIRA CATEGORIA

Referência(s)

Odoi, J. N. (2010). Using the Media to Advance Social Accountability in Uganda, in Classen, M. and Alpin-Lardies, C. with Ayer, V. (eds.). Social Accountability in Africa: Practitioners' Experiences and Lessons. ANSA-Africa. Cape Town: ABC Press.

De Renzio, P., Azeem, V. and Ramkumar, V. (2006). Budget Monitoring as an Advocacy Tool: Uganda Debt Network Case Study. Case study prepared for the research project: Lessons from Civil Society Budget Analysis and Advocacy Initiatives. Online. Disponível em: <http://internationalbudget.org/wp-content/uploads/Budget-Monitoring-as-an-Advocacy-Tool-Uganda-Debt-Network-Full-Paper-English.pdf> Acedido a 22.05.13 *

IBP (2011). Uganda Debt Network (UDN) – Uganda. Online. Disponível em: <http://internationalbudget.org/wp-content/uploads/Profile-of-UDN-Uganda-2011.pdf> Acedido a 22.05.13

Veja também: <http://internationalbudget.org/wp-content/uploads/Budget-Monitoring-and-Policy-Influence-Lessons-from-Civil-Society-Budget-Analysis-and-Advocacy-Initiatives.pdf> Acedido a 10.06.13

Website oficial: <http://udn.or.ug/> / http://udn.or.ug/?page_id=56 / http://udn.or.ug/?page_id=263

Objectivos e reivindicações

De desenvolvimento e empoderamento dos cidadãos - a UDN é uma organização que foi originalmente constituída em 1996 para fazer campanha pelo alívio da dívida. Depois de participar com sucesso numa campanha para o alívio da dívida, a organização passou para a monitoria do enfoque da pobreza na despesa dos fundos para o alívio da dívida, e levou a cabo iniciativas que desafiavam as causas subjacentes do peso da dívida. De entre estas últimas actividades, destacam-se a identificação das despesas do orçamento e auditorias de custos-benefícios (também "auditoria de boa gestão financeira" – *value for money audit*) a nível local e nacional.

A UDN é orientada pelas seguintes metas estratégicas, que também informam a sua visão e missão:

1. Assegurar que o Uganda saia da situação de país pobre altamente endividado e embarque rumo ao desenvolvimento sustentável, crescimento e erradicação da pobreza.
2. Assegurar que as políticas macroeconómicas e orçamentais sejam participativas e incorporem as preocupações e os interesses dos pobres.
3. Mobilizar o público para assegurar responsabilização pública e transparência na formulação de políticas e planificação e na utilização de recursos públicos.
4. Assegurar que a UDN se torne numa organização eficaz de *lobby* e advocacia, capaz de mobilizar a sociedade civil para influenciar a planificação de políticas aos níveis nacional e local.

Quem está envolvido?

- Originalmente 23 organizações, agora mais de 40 (coligações de OCBs: , Budget Advocacy Group, Development Network of Voluntary Development associations, National NGO forum, Human Rights Network, Uganda Women's Network, Community Development Research Network, Land Alliance / coligações anticorrupção: Anti-corruption coalition of Uganda, Busoga Anti-Corruption coalition, Eastern Region Anti-corruption coalition, Rwenzori Anti-Corruption coalition/ ONGs domésticas: Forum for Women in Democracy, Oxfam GB, Foundation for Human Rights Initiative, Action for Development, World Vision, Action Aid / Media / Grupos comunitários de monitoria / Academia / ONGs internacionais / Governo / Indivíduos etc....) (veja de Renzo 2006 para gráfico das relações da UDN);
- Implementação: a UDN trabalha com outras OCBs, governo, *media*, organizações académicas e de pesquisa, comunidades, membros de task forces de jovens, parceiros de desenvolvimento;
- Financiamento: a UDN tem financiamento de várias agências de financiamento, tais como a HIVOS, Coraid, Christian-Aid UK, ActionAid Uganda, Danish ChurchAid, Trocaire, Oxfam GB, MS Uganda, IICD, DFID, e outras que providenciam apoio central para os seus programas.

Como funciona?

Neste momento, há quatro principais áreas de programa nos quais a UDN está envolvida. São elas: (a) participação comunitária e empoderamento; (b) a Iniciativa de Advocacia para o Orçamento (Budget Advocacy Initiative); (c) governação e direitos; e (d) pesquisa e análise de políticas.

- Sistema de Monitoria e Avaliação Comunitária (Community Based Monitoring and Evaluation System (CBMES) criado pela UDN em 2002 para envolver as comunidades locais na monitoria e avaliação contínuas dos programas do governo;
- A abordagem CBMES foi primeiramente implementada como experiência piloto nos quatro distritos de Bushenyi, Tororo, Kanungu, e Kamuli, mas desde então expandiu-se para 13 distritos;
- Esta iniciativa usa representantes de voluntários para receber inputs dos programas e serviços públicos de membros de várias comunidades. Esses monitores baseados na comunidade (Community Based Monitors – CBMs) trabalham, então, com burocratas

e legisladores locais para assegurar que os recursos estão a ser bem utilizados para os fins previstos e com a maior eficiência possível;

- O culminar deste processo são ‘diálogos distritais’, que têm estado a acontecer em média uma vez por ano, e durante os quais os monitores da UDN têm estado a apresentar os resultados do seu trabalho às autoridades distritais, incluindo funcionários públicos seniores e políticos locais, e a pedir respostas concretas;
- Para além disso, a UDN facilitou o processo local de advocacia apoiando programas de rádio locais nos quais os monitores apresentam as suas constatações, e publicando certas histórias nas suas newsletters e Actualizações de Políticas, que são regularmente publicadas e disseminadas a nível nacional, e levadas à atenção das autoridades a nível nacional para correcção.

Resultados em termos de resposta do governo e empoderamento dos cidadãos

De Renzio et al. 2006 listam 3 principais realizações em termos de impacto (do trabalho da UDN no seu todo, e não do CP&E em específico):

- Consciencialização da sociedade civil acerca de questões ligadas ao orçamento: através de publicações e intervenções nos meios de comunicação que desmistificaram a linguagem complicada. Actualmente, mais indivíduos e organizações desenvolveram interesse e alcançaram um nível de literacia orçamental que lhes permite envolverem-se mais construtivamente no diálogo com o governo sobre políticas;
- Impacto na prestação de serviços locais: principais reivindicações relacionadas à denúncia e correcção de casos de ‘trabalho sujo’ por empreiteiros que não respeitavam as orientações para a construção de salas de aulas e postos de saúde que foram bem-sucedidas;
- Impacto a nível das políticas e processos nacionais: uma das forças da UDN assenta na ligação de constatações da monitoria do orçamento local com processos de políticas nacionais. A disseminação dos resultados do trabalho local através de uma série de meios, desde Revisão de Políticas e newsletters sobre corrupção até apresentações em fóruns de nível nacional.

NB: É frequentemente mais difícil atribuir um impacto específico a uma iniciativa particular da UDN a nível nacional do que atribuí-lo a um movimento mais alargado.

O que sabemos sobre a razão para ter funcionado?

- Boas ligações aos meios de comunicação;
- Cobertura permanente nos media sobre a questão do mau uso dos fundos;
- Pesquisa de alta qualidade;
- Coligação forte;
- Ligação da monitoria local à advocacia nacional;

- Ligações estratégicas com funcionários, MPs e os media;
- Reputação estabelecida como uma organização de advocacia e lobby eficaz. Isto não só permitiu que ela fosse vista como líder dentro da sociedade civil, mas também como um interlocutor competente e útil para os funcionários do governo (NB: contudo, nos anos mais recentes a UDN perdeu algum terreno no que diz respeito a outras organizações da sociedade civil, em parte como consequência das suas lutas internas para abordar uma transição da liderança);
- Discurso anti-pobreza: enfoque no potencial impacto de certas medidas referentes a políticas na habilidade do governo de responder aos desafios da pobreza;
- Existe no Uganda um quadro legal e político para participação. Quando o alívio à dívida dos Países mais Pobres Altamente Endividados (HIPC) foi assegurado, o governo do Uganda inscreveu-se para produzir um Poverty Reduction Strategy Paper (PRSP - artigo de Estratégia de Redução da Pobreza) e introduziu o seu novo Plano de Acção de Erradicação da Pobreza, no qual a participação era mais central e mais apoiada pelo governo (ao contrário de imposta pelo doador) do que em alguns PRSPs. A participação foi fortemente promovida pelo governo ugandês (um governo dependente de ajuda), com grande apoio dos doadores, mas aparentemente os benefícios da 'participação da sociedade civil na política' foram bastante internalizados pelo governo ugandês;
- No Uganda, há uma longa tradição de interacção entre a sociedade civil e o governo ugandês;
- A força da UDN assentou no intenso trabalho a nível nacional (advocacia a nível nacional, relações no plano internacional com doadores e sociedade civil internacional por via dos seus parceiros de financiamento INGO), bem como ao nível das bases: isto confere-lhe legitimidade perante o governo ugandês porque pode argumentar que comunica deste o nível das bases, assim como legitimidade perante o governo ugandês e os actores internacionais pois pode também conduzir pesquisas adequadas e estar presente e articular as suas ideias ao nível nacional e em debates internacionais sobre políticas.

18. Programa da Associação Nacional dos Contribuintes de Demanda de Criação de Cidadania (National Taxpayers Association's Building Citizen Demand Programme) – Quénia - 2013-2017 INICIATIVA DE PRIMEIRA CATEGORIA

Referência(s)

Website oficial: <http://www.nta.or.ke/nta-in-action/103-strategic-programmes/243-building-citizen-demand-programme> Acedido a 08.05.13

Objectivos e reivindicações

Democratização e empoderamento dos cidadãos - com base no reconhecimento de que os cidadãos no Quénia estão mal equipados para exigir responsabilização eficazmente, o programa pretende reforçar a demanda dos cidadãos por responsabilização através da participação activa.

Quem está envolvido (tais como: implementadores, financiadores, promotores, utilizadores, etc.)

- Associação Nacional dos Contribuintes (organização independente, não partidária);
- Financiamento: DFID, GIZ (Agência Alemã de Desenvolvimento), e a CIDA;
- O órgão de governação é composto por 12 organizações quenianas: Transparência Internacional – Quénia, Conselho Supremo dos Muçulmanos, Quénia, Centro para a Governação e Desenvolvimento, Aliança do Sector privado do Quénia, Organização de Aconselhamento das Mulheres – Quénia, Trust para o Desenvolvimento do Sector Privado, Associação Unida de Negócios, Aliança queniana do Sector Informal, Comissão Católica Paz e Justiça, Instituto dos Contabilistas Públicos Certificados, Rede do Sector Privado do Quénia.

Como funciona?

- Este programa orientará os cidadãos para exigirem responsabilização através da consciencialização em relação aos seus direitos, e apoiando os cidadãos a utilizarem a sua voz através de canais de advocacia e supervisão;
- Este programa irá reforçar a demanda dos cidadãos por responsabilização através da participação activa. Comitês de Monitoria de Círculo Eleitoral (CMCs) e Redes Distritais de Responsabilização (CANs) serão as unidades chave de reivindicação dos cidadãos, a trabalhar aos níveis distrital e de círculo eleitoral em consciencialização cívica em torno da tributação e responsabilização, consciencialização em relação aos direitos dos cidadãos, e monitoria dos fundos concedidos, bem como prestação de serviços;
- Os CANs e CMCs irão transformar os cidadãos de receptores passivos em participantes activos envolvidos na criação de políticas de desenvolvimento que tenham impacto nas suas vidas;
- Este programa posiciona o envolvimento dos cidadãos além dos processos básicos de consulta, prevendo formas mais directas de influência sobre a prestação de serviços e decisões relativas a fundos concedidos. A demanda dos cidadãos será construída através de ferramentas de responsabilização social monitorando a gestão dos fundos do distrito e a prestação de serviços públicos. Os cidadãos usarão depois esta análise exacta e relevante dos serviços e fundos locais para influenciar a qualidade do diálogo governo-cidadão. Isto colocará os cidadãos numa posição de influência mais poderosa, e aumentar a sua capacidade para criar mudanças no processo de políticas.

Resultados em termos de resposta do governo e empoderamento dos cidadãos

Nenhuma informação encontrada: provavelmente ainda é demasiado cedo.

O que sabemos sobre a razão para ter funcionado?

Nenhuma informação encontrada: provavelmente ainda é demasiado cedo.

19. Observatório Social

Referência(s)

Wilde, A. Narang, S., Laberge, M. and Moretto, L. (2009). A User's Guide to Measuring Local Governance. UNDP Oslo Governance Centre. Online. Disponível em: <http://www.undp.org/content/dam/aplaws/publication/en/publications/democratic-governance/dg-publications-for-website/a-users-guide-to-measuring-local-governance-/LG%20Guide.pdf> Acedido a 16.05.13 – see especially section about Observatory of Democracy in Central America

Schommer, P.C. and Moraes, R.L. (2010). Observatórios sociais como promotores de controle social e accountability: reflexões a partir da experiência do Observatório Social de Itajaí. Recife: GESTÃO.Org. v. 8, n. 3. Online. Disponível em: <http://www.ufpe.br/gestaoorg/index.php/gestao/article/view/244> Acedido a 10.06.13

Veja também:

<http://www.observatoriosocialdobrasil.org.br/FreeComponent22726content193066.shtml>

Objectivos e reivindicações

De desenvolvimento - os observatórios sociais destinam-se a criar um espaço para que a cidadania seja exercida de modo a contribuir para a melhoria da gestão e despesa públicas através da supervisão pública (controlo social). Como instrumento de controlo social/supervisão pública e interagindo com mecanismos de controlo, um observatório contribui potencialmente para promover o debate e para a avaliação, para tomar decisões, para controlar as políticas e as do governo, e para aumentar a participação dos cidadãos.

Quem está envolvido?

- Os Observatórios Sociais são muitas vezes criados voluntariamente por cidadãos, como empresários, profissionais, professores, estudantes, funcionários públicos. Em alguns casos têm um pequeno pessoal normalmente composto por peritos e analistas em políticas e pesquisadores sociais;

- O website do Observatório Social do Brasil fornece aconselhamento sobre como criar o seu próprio observatório. Aconselha que a angariação de fundos para o observatório através de doações e rendimento resultante da venda de serviços (ex., pesquisa ou consultoria em análise de políticas), para a compra de equipamento, mobiliário de escritório, etc., e custos com pessoal. Sugere também a criação de relações com partes envolvidas interessadas que irão financiar os custos de funcionamento do observatório a longo prazo. O Observatório Social do Brasil parece ser financiado por uma série de sindicatos, câmaras de comércio e cooperativas de crédito, cujo apoio ao observatório está enraizado nos seus valores organizacionais.

Como funciona?

- Os observatórios sociais precisam de trabalho técnico, baseado numa metodologia de monitoria de despesa pública aos níveis local, municipal ou nacional, desde o processo de concurso até à monitoria do produto ou prestação de serviço, de modo a que se possa agir de forma antecipada no controlo da despesa pública;
- Os Observatórios têm tendência a interagir com mecanismos de controlo institucionais, contribuindo assim para promover o debate e a avaliação, para a tomada de decisões, para controlar as políticas e aqueles que estão no governo, e para aumentar a participação dos cidadãos;
- Outras funções:
 - Educação fiscal, demonstração da importância social e económica dos impostos e a necessidade que há de os cidadãos acompanharem a utilização de dinheiro público;
 - Integração de micro e pequenas empresas nos processos de concursos, contribuindo assim para a criação de empregos e a redução de informalidade, aumento da concorrência e melhoria da qualidade e preço na despesa governamental;
 - Construção e monitoria de indicadores de gestão pública, com comparação com outras áreas de tamanho similar;
 - Feedback regular para a sociedade.

Com que resultados em termos de resposta do governo?

O *Observatório Social do Brasil* afirma que o trabalho dos seus mais de 100 voluntários poupou mais de 100 milhões de Reais (46 milhões de USD) de fundos municipais. Enfatiza que os números são menos importantes do que a participação de cidadãos na supervisão da despesa pública (<http://www.observatoriosocialdobrasil.org.br/FreeComponent22726content193111.shtml>).

O que sabemos sobre a razão para ter funcionado?

O *Observatório Social do Brasil* é uma estrutura altamente organizada que funciona para disseminar a sua abordagem e promover a sua utilização através da prestação de aconselhamento, formação e apoio técnico para iniciativas do género.

Um factor importante para se criarem observatórios sociais sustentáveis é claramente o facto de trabalharem em estreita parceria com outros actores ao nível do Estado e nacional (Federal) para melhorar o desempenho do sector público a nível local.

Há pouca informação disponível sobre experiências específicas de laboratórios sociais em Inglês, mas existe alguma literatura e bastante e informação em Português na Internet.

20. Campanha 'Stop Stock-Outs' (Quênia, Madagáscar, Uganda, Malawi, Zâmbia, Zimbabwe) – 2009-2010

Referência(s)

Website oficial: <http://stopstockouts.org/stop-stock-outs-campaign/>

MeTA (2010). Case Study: Stop Stock-Outs Campaign. A OCB initiative to increase access to medicines. Online. Disponível em: http://www.medicinestransparency.org/fileadmin/uploads/Documents/Global_Forum/Global_Forum_-_case_studies/MeTA_Uganda_-_Stop_Stockouts.pdf Acedido a 07.05.13

Stop Stock Outs Narrative Report (2009): <http://stopstockouts.org/2009/08/26/narrative-report-stop-the-stock-outs-campaign/> Acedido a 15.05.06

Veja também vários blogs sobre o tópico:
<http://blog.ushahidi.com/2009/07/02/stop-stock-outs-mapping-access-to-essential-medicines/>

<http://www.kiwanja.net/blog/2009/07/mapping-medicine-availability-via-sms/>

<http://osf.parsons.edu/fellowships/stop-stockouts-campaign/>

Objectivos e reivindicações

De desenvolvimento - 'Stop Stock-Outs' (lançada em 2009) foi uma campanha regional em 6 países em África para acabar com a contínua ruptura de stocks de medicamentos essenciais nas unidades sanitárias públicas. A campanha apelou aos governos e departamentos de saúde que erradicassem o problema crítico da ruptura de stocks, desenvolvendo um sistema transparente de fornecimento e distribuição de medicamentos, atribuindo um orçamento à saúde capaz de responder às demandas básicas da população, e permitindo que a sociedade civil fosse ouvida ao nível máximo da cadeia de fornecimento de medicamentos.

Quando uma farmácia ou centro de saúde fica sem um medicamento, isto é referido como uma 'ruptura'. As rupturas incluem muitas vezes medicamentos que são usados para tratar doenças comuns mas graves, tais como a malária, a pneumonia, a diarreia, o HIV, a tuberculose, a diabetes e a hipertensão – todas elas entre as que causam mais mortes em África. Nos países africanos, tais como o Uganda e o Quênia, as rupturas podem ocorrer frequentemente e podem passar-se semanas ou meses antes de o stock ser repostado. Os pacientes que precisam desses medicamentos são obrigados a viajar longas distâncias à procura de fontes alternativas, pagar preços elevados pelos medicamentos no sector privado, ou a ficar sem eles – enfrentando circunstâncias de vida ou de morte.

Quem está envolvido?

- Esta campanha é uma iniciativa da Health Action International (HAI) África, Oxfam e uma série de parceiros africanos, com apoio do Open Society Institute;
- Assenta em monitores locais;
- A Health Action International (HAI Africa) verifica os dados enviados por não funcionários antes de colocá-los no mapa;
- Aspecto tecnológico da campanha implementado pelo Open Society e a Frontline SMS;
- No Uganda, um consórcio de 5 OCBs (HEPS Uganda, AGHA, AIDE, ACFODE e NAFOPAHU) implementaram a campanha;
- Meios de comunicação (ex., talk shows, jornalistas);
- Governos (que, pelo menos, se espera que estejam envolvidos);
- Para uma lista completa de ONGs/OCBs envolvidas, veja: <http://stopstockouts.org/partners/>.

Como funciona?

- Os investigadores visitam as instituições sanitárias públicas nas zonas rurais e verificam a disponibilidade de uma lista de 10 medicamentos essenciais;
- Seguidamente, os investigadores reportam os resultados usando um serviço de mensagens rápidas (SMS) para um website comum, através de SMS estruturadas e codificadas como SMS – “x, y, z” – onde o primeiro número representa o código do seu país (Quênia, Malawi, Uganda ou Zâmbia), o segundo o seu distrito ou cidade, e o terceiro o medicamento que eles constataram não haver em stock;
- As mensagens são recebidas por um telefone ligado a um computador com o FrontlineSMS, que depois faz correr um script automático que valida a informação antes de ser enviado para um website operado pela Ushahidi;
- A Ushahidi gera então um ponto vermelho no local no website da SSO, que aumenta de tamanho à medida que o número de rupturas na área aumenta. Ao clicar no sinal, aparece um balão pop-up mostrando as rupturas reportadas na região;
- Os dados são reflectidos num mapa que mostra as áreas com ruptura de *stock*;
- Depois de uma fase piloto, a informação foi aberta aos pacientes que estão a visitar as unidades sanitárias públicas;
- Externalização offline;
- Contacto com os meios de comunicação tradicionais (ex., televisão e estações de rádio) para publicitarem a campanha;

- Realizadas reuniões com alguns funcionários do governo;
- Subsequentemente, espera-se que os funcionários do governo reconheçam a questão das rupturas e tomem medidas.

Veja o relato detalhado em: <http://stopstockouts.org/2009/08/26/narrative-report-stop-the-stock-outs-campaign/>

Resultados em termos de resposta do governo e empoderamento dos cidadãos

É difícil encontrar informação sobre a campanha. Não foram encontradas avaliações. No Uganda, a HEPS Uganda parece ter colocado a campanha anual na sua programação.

Uganda:

- Relatório da Medicine Transparency Alliance (2010) afirma que a abordagem contínua do assunto por parte dos órgãos de informação levou os membros do Comité dos Serviços Sociais do Parlamento a fazer uma visita não anunciada aos Armazéns Nacionais de Medicamentos para verificar os níveis de stocks e as causas de ruptura; e, por recomendação do Comité, em Julho de 2009 a NMS recebeu autonomia e mais responsabilidade em processos de procurement e distribuição de medicamentos, enquanto as responsabilidades dos governos distritais foram reduzidas;
- Em Outubro, o Gabinete do Presidente anunciou o estabelecimento de uma Unidade de Monitoria de Medicamentos (Unidade de Monitoria da Prestação de Serviço de Saúde) com um mandato para investigar e reduzir o roubo de medicamentos nos hospitais governamentais;
- A campanha 'Stop Stock-Outs' aumentou a consciencialização em relação ao direito à saúde e ao acesso a medicamentos essenciais no Uganda mais do que alguma vez acontecera. O público está a tornar-se cada vez mais activo no debate sobre essas questões, informando rupturas de stocks e pedindo contas às instituições. O governo mostrou alguns sinais de estar a responder positivamente à campanha, e estão a acontecer mudanças ao nível de políticas e de implementação.

O que sabemos sobre a razão para ter funcionado?

Nenhuma informação encontrada.

21. Projecto de Literacia Económica – Malawi Economic Justice Network (MEJN) – 2002- em curso (agora conceptualizado e incorporado num dos primeiros programas do MEJN)

Referência(s)

McNeil, M. and Mumvuma, T., (2006). Demanding Good Governance: A Stocktaking of Social Accountability Initiatives by Civil Society in Anglophone Africa. Washington, D.C.: World Bank Institute.

Kubalasa, D.K. and Nsapato, L.B. (2010). Enhancing Civil Society Capacity for Advocacy and Monitoring: Malawi's Poverty Reduction Strategy Paper, in McNeil and Malena, C. (eds.). Demanding Good Governance: Lessons from Social Accountability Initiatives in Africa. Washington, D.C.: World Bank. Online. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/2478/555460PUB0Dema1EPI1978968101PUBLIC1.pdf?sequence=1#page=213> Acedido a 15.05.13

Objectivos e reivindicações

De desenvolvimento e empoderamento dos cidadãos - o objectivo do projecto é aumentar a consciencialização, habilidades e conhecimento da sociedade civil sobre a economia. Enquanto coligação de OCBs dedicada à promoção da governação económica participativa a favor dos pobres, a Rede de Justiça Económica do Malawi (MEJN) reconhece que a sua força e futuro está na sua faculdade para capacitar, aumentar o conhecimento, e desenvolver habilidades de advocacia entre os seus membros. A MEJN reconheceu inicialmente que a literacia económica deveria ser desenvolvida se as OCBs no Malawi quisessem participar de forma construtiva nas questões de governação económica.

Quem está envolvido (como implementadores, financiadores, promotores, utilizadores, etc.)

- A MEJN, cujo secretariado nacional está baseado na cidade capital, Lilongwe, alargou a estrutura da sua rede para o nível comunitário através da consolidação de OCBs e ONGs distritais, associações, funcionários da assembleia local, líderes tradicionais e líderes religiosos. Os participantes da MEJN são coordenados por comités representativos, chamados capítulos distritais. Estes capítulos distritais têm em média 10 a 14 membros de instituições representando diferentes grupos socioeconómicos que operam com um apoio central mínimo e que são na sua maioria voluntários;
- Apoio inicial da Open Society Initiative for Southern Africa (OSISA) em 2002;
- Mais tarde, apoio da CIDA, através do seu projecto de governação económica (CIDA-PEG) em 2003.

Como funciona?

- Os alvos originais eram líderes da sociedade civil, comunidades e funcionários governamentais aos níveis de assembleia local e central;
- O projecto cresceu e tornou-se numa iniciativa mais profunda e alargada que inclui literacia orçamental (Budget Participation Initiative), literacia comercial, e justiça comercial (conhecida como Trade Weather Stations);
- Em 2003, o objectivo geral do projecto foi alargado do nível nacional para o aumento das habilidades e conhecimento da sociedade civil e das assembleias locais, com ênfase na implementação de política. O alargamento do Projecto de Literacia Económica para a Iniciativa de Participação Orçamental (BPI) foi concebido para aumentar o diálogo público sobre o orçamento na sociedade civil e comunidades, no parlamento, e no ramo executivo. As actividades do projecto incluíam a avaliação das necessidades da OCBs em termos de formação, o desenvolvimento de um manual de formação sobre processos orçamentais, a identificação e formação de facilitadores locais, e facilitação e realização de workshops de formação;
- Desenvolvimento e publicação, em 2003, de um manual de formação sobre Orçamento para a Sociedade Civil, que os membros das OCBs utilizaram em acções de formação. O manual adopta uma abordagem user-friendly para apresentar um panorama do orçamento público e dos papéis dos cidadãos. Identifica fases primárias do processo orçamental do Malawi, descrevendo com clareza os pontos de entrada para a sociedade civil poder influenciar pontos de pressão no sistema. Focaliza também nos aspectos mais importantes para a sociedade civil, enfatizando os tópicos essenciais, tais como a orçamentação em termos de género, e advocacia orçamental;
- Outras contribuições do MEJN (fora do ELP) incluem uma análise independente do orçamento a seguir a cada orçamento oficial, e PETS.

Resultados em termos de resposta do governo e empoderamento dos cidadãos

Os documentos não fazem referência à resposta do governo por si só, mas antes aumentaram o perfil da sociedade civil.

- Proliferação de OCBs de monitoria orçamental: pelo menos 10 OCBs, para além das da MEJN, acrescentaram a literacia económica às suas áreas-chave dos programas;
- Outras redes da sociedade civil que colaboraram estreitamente com a MEJN têm agora capacidade total de identificar e monitorar o uso das finanças públicas pelos governos nos seus respectivos sectores. Incluem-se a CISANET, a MHEN, a CSCQBE. Os capítulos distritais estão a reforçar e a apoiar a mobilização comunitária para a responsabilização social;
- Maior consciencialização do público, nomeadamente através da preparação e publicação de simplificações de materiais técnicos (ex., orçamento nacional, Malawi PRSP, etc.). Este interesse e compreensão, por seu turno, ajudou a popularizar os debates sobre o orçamento e outras leis económicas no parlamento;

- Larga disseminação de publicações em línguas locais, e através de programas da rádio, televisão, e principais jornais.

O que sabemos sobre a razão para ter funcionado?

- Abordagens com base em soluções para o desenvolvimento de programas e resolução de problemas (Kubalasa e Nsapato, 2010). A MEJN adaptou o seu enfoque e estratégia às mudanças nas necessidades e contextos (de um enfoque estrito em literacia económica para mais tarde abordar a advocacia orçamental);
- Boas relações entre a MEJN e o parlamento.

22. Conselhos de Saúde – Brasil

Referência(s)

Cornwall, A. (2008). Deliberating Democracy: Scenes from a Brazilian Municipal Health Council. *Politics Society* 36:508-531. Online. Disponível em: <http://pas.sagepub.com/content/36/4/508>. Acedido a 20.05.13

Schattan Coelho, V. (2004). Brazil's Health Councils : The Challenge of Building Participatory Political Institutions. *IDS Bulletin* 35 :2 New Democratic Spaces. Online. Disponível em: <http://www.drc-citizenship.org/system/assets/1052734356/original/1052734356-coelho.2004-brazil.pdf?1288887404> Acedido a 21.05.13

Schattan Coelho, V., Cornwall, A. and Shankland, A. (2009). Taking a Seat on Brazil's Health Councils. *Citizenship DRC Case Study Series. Citizen Prescriptions for Better Health Policy*. Online. Disponível em: http://www.drc-citizenship.org/system/assets/1052734342/original/1052734342-benequista_et.al.2009-taking.pdf?1288872798 Acedido a 21.05.13

Barrett, G. (2010). Municipal Health Councils (Brazil). *Participedia*. Online. Disponível em: <http://participedia.net/en/cases/municipal-health-councils-brazil> Acedido a 21.05.13

Modesto, A., Costa, A. and Bahia, L. (n.d). Health and Social Determinants in Brazil: A Study on the Influence of Public Participation on the Formulation of the expanded Concept of Health and Liberating Practices. Online. Disponível em: http://www.who.int/social_determinants/resources/isa_public_participation_bra.pdf Acedido a 21.05.13

Objectivos e reivindicações

Democratização e empoderamento dos cidadãos - Conselhos Participativos de Saúde permitem aos cidadãos brasileiros supervisionar o sistema de saúde pública do país (o Sistema Único de Saúde). Estes conselhos criados constitucionalmente existem aos níveis municipal, estadual, e nacional, e são suplementados por uma conferência sobre o sistema de saúde brasileiro, realizada a cada quatro anos. Embora os conselhos variem em termos de impacto nas decisões do governo, de forma geral, os cidadãos continuam activamente envolvidos nos mesmos (Barrett 2010).

Quem está envolvido

- A composição dos conselhos de saúde obedece a um princípio obrigatório de paridade: 50 por cento dos membros do conselho são usuários (representantes dos utilizadores dos serviços de saúde), 25 por cento são trabalhadores da saúde, e os restantes 25 por cento são gestores de saúde, incluindo provedores do sector privado contratados para prestar serviços públicos.

Como funciona?

- Os conselhos de saúde tomam decisões, agem como entidades de consulta e exercem supervisão. Aprovam planos anuais e orçamentos de saúde. Se o plano for rejeitado, a cidade não recebe financiamento do Ministério da Saúde. Apoiam também os departamentos municipais de saúde em termos de planificação, estabelecimento de prioridades, e relatórios de auditoria;
- Uma grande proporção dos fundos transferidos pelo Governo Federal para os municípios é canalizada através de um sistema de transferência fundo-para-fundo e os conselhos têm que verificar essas contas e reportar as irregularidades (Schattan Coelho 2004);
- Reuniões mensais regulares juntam representantes (veja, 'Quem está envolvido?') para debater e aprovar os planos e orçamentos de saúde;
- Para cada representante (titular) há um substituto (suplente), que entra se o titular estiver ausente e assume o lugar depois de três ausências;
- Os membros do público podem participar em reuniões do conselho; tal como os suplentes, têm direito a voz mas não votam;
- Uma vez que o desembolso do dinheiro federal depende da aprovação dos planos de saúde e orçamentos por parte dos conselhos, é necessário que exista algum nível de acordo, se não mesmo consenso, para que os serviços de saúde continuem a funcionar (Cornwall 2008).

Resultados da resposta do governo e empoderamento de cidadãos

- Desde a sua criação, os conselhos de saúde do Brasil cresceram em alcance e escopo. Os conselhos de saúde foram originalmente criados para aumentar a supervisão social do sistema de saúde. No entanto, actualmente o objectivo dos conselhos ultrapassou a inclusão de cidadãos e passou a consistir em "[converter] a participação numa ferramenta de gestão pública" (Barret 2010);
- Os novos conselhos de governação participativa foram preponderantes na melhoria do acesso aos serviços de saúde, e da sua qualidade (Joshi 2012);
- Em todo o processo de debate, surgiu um importante grau de consenso em torno do valor da manutenção do próprio serviço nacional de saúde (Schattan Coelho, Cornwall e Shankland 2009).

O que sabemos sobre a razão para ter funcionado?

As origens dos Conselhos de Saúde assentam numa luta intensa pelo movimento de reforma da saúde pública. Os conselhos participativos de saúde brasileiros ganharam forma na “Constituição dos Cidadãos” de 1988.

- Os conselhos de saúde brasileiros são empoderados por lei para aprovar orçamentos, contas e planos de despesa do executivo, dos quais depende o financiamento do orçamento federal. Trata-se de um grau de autonomia muito mais elevado do que o encontrado em conselhos locais em muitos sistemas descentralizados, particularmente o sistema moçambicano de Conselho Consultivo;
- O sucesso dos conselhos em tornar os serviços pró-pobres depende das pessoas marginalizadas e vulneráveis estarem ou não verdadeiramente representadas. As pesquisas do Centro de Pesquisas para o Desenvolvimento sobre a Cidadania mostraram que os participantes nos conselhos de saúde eram geralmente mais diversos, mas alguns conselhos eram mais pluralistas do que outros (Barret 2010);
- Os membros dos conselhos são seleccionados através de um processo que deve ser transparente, aberto e inclusivo, usando a rádio ou jornais para publicitar as eleições;
- Conexões com o sistema político e o sistema de saúde pública (Schattan Coelho, Cornwall, e Shankland 2009).

23. U-report – Uganda – 2011- em curso

Referência(s)

Cummins, M. and Huddleston, B. (2013). Real Time Monitoring for the Most Vulnerable: UNICEF’s experience in Uganda. IDS Bulletin, 44(2):57-68.

Cummins, M. and Huddleston, B. (2012). Uganda Country Report: mTrac and U-report. RTMMV Global Study. UNICEF and IDS. Online. Disponível em: <http://real-time-monitoring.org/wp-content/uploads/2013/05/RTMMV-Uganda-Country-Report.pdf> Acedido a 29.05.13

Website oficial: <http://ureport.ug/>

Objectivos e reivindicações

De desenvolvimento e empoderamento dos cidadãos - concebido como um sistema de monitoria social, o U-report é um sistema de SMS grátis que permite que jovens ugandeses falem sobre o que está a acontecer nas comunidades ao longo do país, e trabalhem com outros líderes comunitários para alcançar uma mudança positiva. O objectivo é inspirar acção dentro das comunidades para que estas se unam e partilhem a responsabilidade de criar um ambiente melhor para todos e, também, inspirar acção de líderes dando-lhes a conhecer o que se está a passar e que acções a sua comunidade quer.

Quem está envolvido?

- O UNICEF, como único financiador e responsável pela concepção, implementação e gestão da tecnologia;
- Nove ONGs apoiam a U-report participando em decisões sobre perguntas de sondagem e recrutamento de monitores;
- Há a intenção de, paulatinamente, passar o controlo para uma ONG por via de um consórcio, ou acolher o sistema dentro da comunidade de doadores;
- Financiamento (website oficial, logótipos): UNICEF, BRAC, GEH e IBM.

Como funciona?

- Oferece aos ugandeses a oportunidade de as suas opiniões serem ouvidas, dando-lhes acesso a um serviço SMS grátis através do qual eles podem mandar mensagens de texto, responder a sondagens e receber informação factual e resultados de sondagens (áreas prioritárias para o UNICEF: política social, saúde, protecção da criança e educação);
- Os indivíduos registam-se e preenchem fichas de perfis;
- Em cada semana são enviadas 2 ou 3 sondagens ou perguntas a todos os U-reporters, pedindo-lhes informação factual ou opiniões;
- Os dados são mapeados em cada distrito e nacionalmente compilados;
- Em retorno, os U-reporters recebem os resultados e factos úteis para acção e advocacia relacionadas com a questão;
- Utilizações múltiplas: consciencialização, desenvolvimento orientado pela comunidade e partilha de informação, incluindo com parlamentares, bem como advocacia de políticas;
- Os resultados das sondagens estão disponíveis no website, e também passam semanalmente na TV, shows de rádio e folhetos informativos.

Resultados em termos de resposta do governo e empoderamento dos cidadãos

- Cada MP faz parte do programa U-report, e mais de 100 parlamentares exprimiram interesse em usar o U-report para melhorar a sua capacidade de permanecer a par das opiniões dos cidadãos nos seus círculos eleitorais;
- Conferência colocou frente-a-frente os U-reporters e os parlamentares e funcionários do governo;
- Várias sondagens resultaram na realização de acções concretas;
- Muitos MPs mostraram interesse em usar o sistema para alcançar os seus eleitores;
- 205,126 membros (website oficial: 20 de Maio de 2013).

O que sabemos sobre a razão para ter funcionado?

- Ampla penetração do telefone móvel;
- Gestor do projecto com elevada capacidade;
- Rede forte de ONGs viradas para os jovens.

Esta tecnologia atraiu já o interesse de outras representações do UNICEF em todo o mundo. O U-report está actualmente a ser instalado no Burundi, na República Democrática do Congo, em Moçambique, no Sul do Sudão e no Zimbabwe, e foi já lançado na Zâmbia, sendo o Nepal outro potencial candidato.

6. Conclusões

Como foi anteriormente afirmado neste documento, os factores subjacentes ao contexto moçambicano condicionam a capacidade das exigências de responsabilização por parte dos cidadãos e a resposta do governo a essas exigências conduzirem à prestação de serviços. Este contexto apresenta pelo menos três tipos de desafios:

- Em primeiro lugar, há problemas de responsabilização subjacentes aos fracassos na prestação de serviços;
- Em segundo lugar, apesar de uma ajuda maior ter sido canalizada para as OCBs nos últimos anos⁷, o país carece ainda de uma sociedade civil forte e bem articulada; esta tem ainda uma capacidade limitada de alcançar resultados em termos de responsabilização, ou de apoiar os esforços dos cidadãos para os alcançarem. Isto verifica-se particularmente aos níveis de governação locais que têm o poder de decisão em muitas áreas da saúde e da gestão e prestação do sector da educação, bem como em consultas abertas e no envolvimento com as comunidades locais;
- Em terceiro lugar, o alcance das TIC e dos telefones celulares, embora em crescimento, não é tão alargado, nem o seu uso habitual entre a população, tal como em muitos outros países africanos.

A segunda razão para a sociedade civil ser ainda relativamente fraca é apoiada por constatações da DFID *Mozambique Governance Analysis de 2007*, que verificou que “A maior parte das OCBs enfrenta limitações em termos de capacidade – em áreas técnicas relevantes para o seu mandato, em capacidade institucional e organizacional e/ou no ambiente físico dentro do qual operam” (DIFD 2007: 26).

Tal facto implica que o CEP deve adoptar uma abordagem de ‘democracia aprofundada’ para o envolvimento dos cidadãos, que promova os movimentos sociais e as suas reivindicações por serviços como direitos (Avritzer 2002; Fox 2007; Fung and Wright 2003; Gaventa 2006). Se o CEP concentrasse os seus esforços em fortalecer a actual sociedade civil fragilizada, os ganhos alcançados ao longo da vida do projecto em termos de responsabilização e da prestação de serviços alcançados seriam mais sustentáveis. No entanto, trata-se, de facto, de uma abordagem repleta de desafios, e segui-la significaria passar um período considerável durante os primeiros anos a trabalhar na capacitação da sociedade civil.

Algumas lições aprendidas em contextos semelhantes e que se poderiam aplicar ao CEP:

- Mais útil do que a informação produzida na tabela de pontuações, é verificar até que ponto o processo junta coligações ou grupos para resolverem problemas de prestação de serviços de forma colectiva;
- A conjugação de reuniões de interface do projecto e planos de acção conjuntos e a habilidade de recorrer às estruturas existentes para assegurar a acção colectiva a nível comunitário (assim como o impulsionamento do poder de convocação dos chefes de aldeia para assegurar participação) pode jogar um papel importante na facilitação de respostas colectivas de acção a nível comunitário;

7. Diminuída apenas devido à recente recessão global financeira.

- Os meios de comunicação exercem um papel importante na advocacia, mantendo as pessoas informadas, e também encorajando a participação activa (em particular a rádio, dado que as TIC e o telefone móvel são limitados);
- É necessário investimento para se desenvolver a capacidade das redes de advocacia e sociedade civil;
- Existe valor em combinar a mobilização, a capacitação, a publicidade sobre a intervenção, a pesquisa participativa, a advocacia e *follow-up*.
- O uso de ‘campeões’ – actores reformistas dentro do governo.

Referência(s)

(Detalhes completos das fontes a mencionar em cada iniciativa de responsabilização social são dados dentro do resumo da iniciativa; esta lista de referências contém apenas as mencionadas nas Secções 1 – 4 da análise)

Ackerman, J. (2004). Co-Governance for Accountability: Beyond “Exit” and “Voice”. World Development 32(3): 447-463. March 2004.

Avritzer, L. (2002). Democracy and the Public Space in Latin America. Princeton: Princeton University Press.

Bukenya, B. and King, S. (2012). The contextual factors that shape social accountability. Annotated Bibliography. Institute for Development Policy and Management. University of Manchester. Online Disponível em: http://siteresources.worldbank.org/EXTSOCIALDEVELOPMENT/Resources/244362-1193949504055/ESW_SAcc_Context_Output1_Annotated_Bibliography_FINAL.pdf Acedido a 30.05.13

Development Research Centre on Citizenship, Participation and Accountability. (2011). Blurring the Boundaries Citizen Action Across States and Societies: A Summary of Findings from a Decade of Collaborative Research on Citizen Engagement. Brighton: IDS.

COWI, Save the Children Fund, Institute of Development Studies, CESC & Nweti (2012). ‘Manage the implementation of Citizen Engagement Programme, Mozambique – General and Technical Tender (June).

DFID Mozambique (2012). CEP Concept Paper Final.

DFID Mozambique (2007) Mozambique Country Governance Analysis

Dunn, A., Foot, J., Gaventa, J. and Zipfel, T. (2007). ‘Champions of Participation: Engaging Citizens in Local Governance, International Learning Event Report’, 31 May–4 June 2007. Online. Disponível em: <http://www.drc-citizenship.org/system/assets/1052734705/original/1052734705-dunn.2008-champions.pdf> Acedido a 30.05.13

Fox, J. (2007). Accountability Politics: Power and Voice in Rural Mexico. Oxford: Oxford University Press.

Fung, A., Russon Gilman, H. and Shkabatur, J. (2010). An Examination of Several Experiences from Middle Income & Developing Countries. Transparency and Accountability Initiative. Online. Disponível em: http://www.transparency-initiative.org/wp-content/uploads/2011/05/impact_case Acedido a 14.06.13

Fung, A. and Wright, E. (2003) Deepening Democracy: Institutional Innovations in Empowered Participatory Governance, London: Verso

Gaventa, J. (2006) Triumph, Deficit or Contestation? Deepening the ‘Deepening Democracy’ Debate, IDS Working Paper 264, Brighton: IDS

Gaventa, J and Barrett, G (2010) So What Difference Does it Make? Mapping the Outcomes of Citizen Engagement. Institute of Development Studies University of Sussex, Brighton.

Gillwald, A., Mlek, A. and Stork, C. (2010). Gender Assessment of ICT Access and Usage in Africa. Towards Evidence-based ICT Policy and Regulation. Vol 1. Policy Paper 5. Research ICT Africa!. Online. Disponível em: http://www.researchictafrica.net/publications/Towards_Evidence-based_ICT_Policy_and_Regulation_-_Volume_1/RIA%20Policy%20Paper%20Vol%201%20Paper%205%20-%20Gender%20Assessment%20of%20ICT%20Access%20and%20Usage%20in%20Africa%202010.pdf Acedido a 28.05.13

Hilbert, M. (November). Digital gender divide or technologically empowered women in developing countries? A typical case of lies, damned lies, and statistics. Women's Studies International Forum, 34(6), 479-489. Online. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.wsif.2011.07.001> Acedido a 16.06.13

Holland J. and Thirkell, A. with Trepanier, E. and Earle, L. (2009). Measuring Change and Results in Voice and Accountability Work. Social Development Direct. Working paper 34. December 2009. London: DFID. Online. Disponível em: <http://www.oecd.org/derec/unitedkingdom/44463612.pdf> Acedido a 16.06.13

Joshi, A. (2011) 'Review of Impact and Effectiveness of Transparency and Accountability Initiatives: Annex 1 Service Delivery', prepared for the Transparency and Accountability Initiative Workshop October 2010. <http://www.transparency-initiative.org/workstream/impact-learning> (acedido a 17 June 2013).

Joshi, A. (2012b). Do They Work? Assessing the Impact of Transparency and Accountability Initiatives in Service Delivery. Development Policy Review. Online. Disponível em: http://r4d.dfid.gov.uk/PDF/Outputs/Mis_SPC/60827_DPRJoshi_Preprint.pdf Acedido a 07.05.13

Joshi A. (2013 forthcoming). Do They Work? Assessing the Impact of Transparency and Accountability Initiatives in Service Delivery. Development Policy Review: Special Issue, forthcoming July.

Joshi, A., N. Hossain, R. Sabates-Wheeler, J. Clark & D. Chopra 2012, 'Protocol: Accountability Initiatives on Improving the Delivery of Public Services – A Systematic Review of Four Intervention Types'. Disponível em: <http://campbellcollaboration.org/lib/project/216/> Acedido a 17 June 2013

Mabila, F., Mboana, JM., and Mondlane, A.I. (2010). Mozambique ICT Performance Review 2009/2010. Towards Evidence-based ICT Policy and Regulation, Vol 2. Policy Paper 16. researchICTafrica.net. Online. Disponível em: http://www.researchictafrica.net/publications/Policy_Paper_Series_Towards_Evidence-based_ICT_Policy_and_Regulation_-_Volume_2/Vol%202%20Paper%2016%20-%20Mozambique%20ICT%20Sector%20Performance%20Review%202010.pdf Acedido a 28.05.13

Mayne, J. (2008), Contribution Analysis: An approach to exploring cause and effect. ILAC Brief 16, ILAC/CGIAR. May 2008. Online. Disponível em: http://www.cgiar-ilac.org/files/publications/briefs/ILAC_Brief16_Contribution_Analysis.pdf Acedido a 16.06.13

Mayne, J. (2012). Contribution analysis: Coming of age? Evaluation. 18: 270-280. July 2012.

McGee, R. and Gaventa, J. (2011). Synthesis report: Review of impact and effectiveness of transparency and accountability initiatives. London: Transparency & Accountability Initiative.



Online. Disponível em: http://www.transparency-initiative.org/wp-content/uploads/2011/05/synthesis_report_final1.pdf Acedido a 30.04.13

Mwanza, J. and Ghambi, N. (2011). The community scorecard process: Methodology, use, successes, challenges and opportunities. *Participatory, Learning and Action*. 64, 188-194.

No author (2012). Programme Concept Paper – Mozambique Citizen Engagement Programme. January 2012.

Wild, L. and Harris, D. (2011). The political economy of community scorecards in Malawi. London: Overseas Development Institute. Online. Disponível em: <http://www.odi.org.uk/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/7543.pdf> Acedido a 16.05.13

World Bank (2004) World Development Report 2004: Making Services Work for Poor People. Washington, DC: World Bank.

Yonazi, E., T. Kelly, N. Halewood & C. Blackman 2012, The Transformational Use of Information and Communication Technologies in Africa. World Bank/African Development Bank. Online. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/EXTINFORMATIONANDCOMMUNICATIONANDTECHNOLOGIES/Resources/282822-1346223280837/MainReport.pdf> Acedido a 16 June 2013



